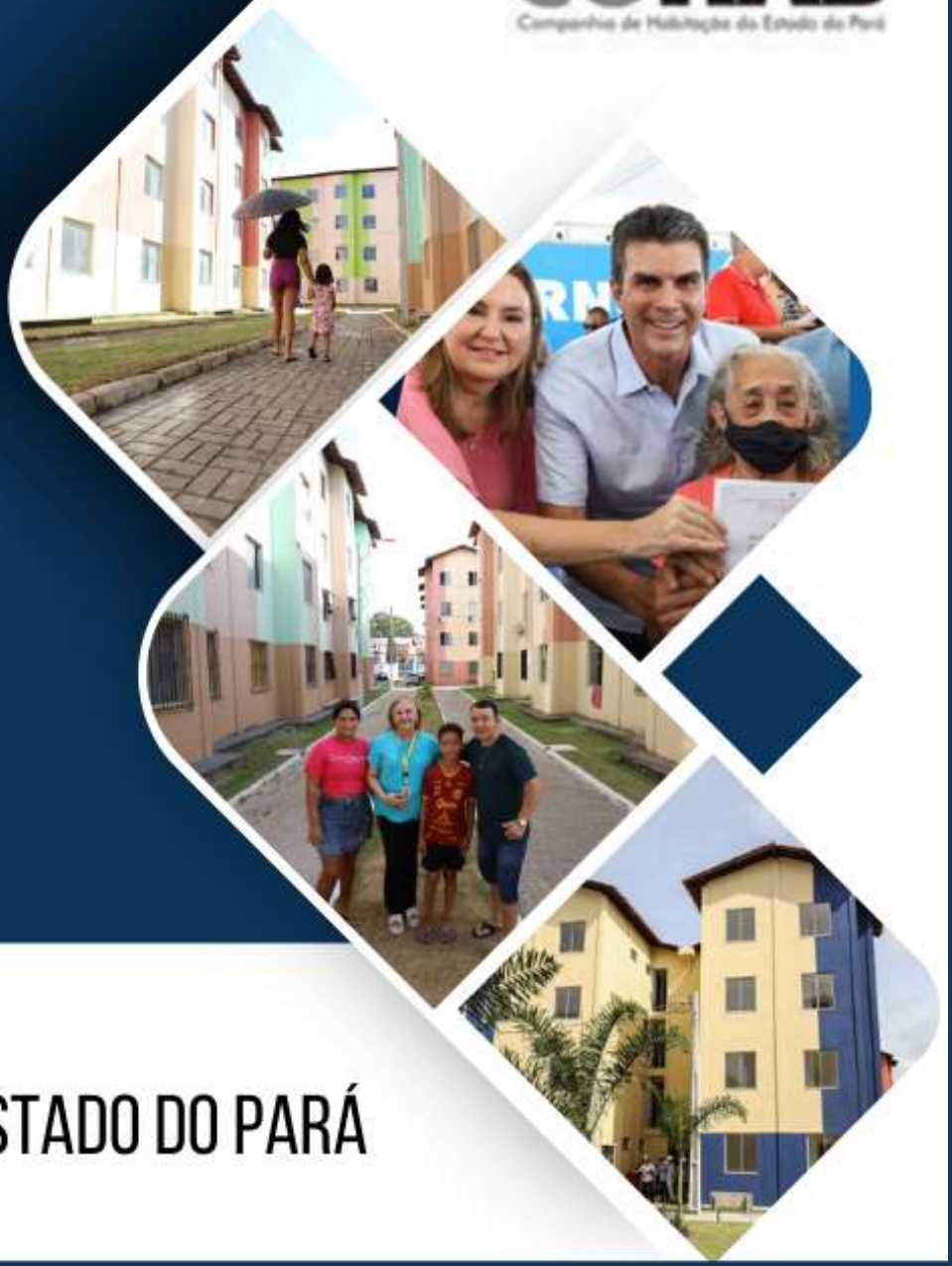
COHAB
Companhia de Habitação do Estado do Pará

2024

RELATÓRIO DE GESTÃO



COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ – COHAB-PA

RELATÓRIO DE GESTÃO 2024

Belém/PA, Dezembro/2024

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ – COHAB-PA

GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ
Helder Zahluth Barbalho

VICE-GOVERNADORA DO ESTADO DO ESTADO DO PARÁ
Hanna Ghassan Tuma

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COHAB-PA
Luis André Henderson Guedes de Oliveira – Presidente
Jardel Rodrigues da Silva – Membro
Leonardo Ribeiro Reis Charro Quirino – Membro
Bruno Ricardo Favacho Monteiro – Membro
Marilda de Sousa Durães – Membro

CONSELHO FISCAL DA COHAB-PA
Rossiele Soares da Silva – Membro
Arnaldo Carneiro Simões da Mota Neto – Membro
Rodolfo Job de Araújo Correa – Membro

PRESIDENTE DA COHAB-PA
Luis André Henderson Guedes de Oliveira

CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA
Juliann Lennon Lima Aleixo

CHEFE DA ASSESSORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Tony Charles Costa Abdoral

CHEFE DA ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Josiany Keila Chagas de Oliveira

CHEFE DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
Mariley Kátia Aguiar da Silva

OUVIDOR
Cassiano Figueiredo Ribeiro

GERENTE ESTRATÉGICA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
Maria Suely Nascimento de Souza

DIRETORA DE POLÍTICA HABITACIONAL
Mariana Antunes Oliveira

GERENTE ESTRATÉGICA DE POLÍTICA HABITACIONAL
Isabela Monteiro Bastos Bandeira

GERENTE EXECUTIVA DE APOIO AO SEHIS
Aldamere Rodrigues da Silva Borges

GERENTE EXECUTIVA DE FOMENTO
Flávia Elen Seabra Gemaque

GERENTE ESTRATÉGICA DE REGULARIZAÇÃO
Thays Millena Henriques Maneschy

GERENTE EXECUTIVA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
Milie Von Paumgartten Klautau

GERENTE EXECUTIVO DE REGULARIZAÇÃO PATRIMONIAL
Guilherme Duarte Silvestre Neto

DIRETOR TÉCNICO
Edmilson Souza da Silva Júnior

GERENTE ESTRATÉGICA DE PROJETOS
Nilce Aryel Oliveira Silva

GERENTE EXECUTIVO DE AVALIAÇÃO E ORÇAMENTO
Quezia Barbosa Silva Oliveira

GERENTE ESTRATÉGICO DE GESTÃO DE OBRAS
Ederson Luiz Pereira Santos

GERENTE EXECUTIVO DE CONTROLE DE CONTRATOS
Victor Tomio Pimentel Hidaka

DIRETOR DE PROGRAMA ESPECIAL DE MORADIA
André João Brandão Quaresma

GERENTE ESTRATÉGICO DE PROGRAMA ESPECIAL DE MORADIA
Wendell Santos Gomes

GERENTE EXECUTIVA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Patrícia Reis Carvalho

GERENTE EXECUTIVO DE ENGENHARIA
José Haroldo Rabelo Silva

GERENTE EXECUTIVO DE MUNICIPALIZAÇÃO
Juliercles Monteiro

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
Paulo Henrique da Silva Costa

GERENTE ESTRATÉGICO DE GESTÃO DE PESSOAS
Manoel José Rocha Nascimento

GERENTE EXECUTIVA DE RELAÇÕES TRABALHISTAS
Juliana Cezário de Almeida Rodrigues

GERENTE EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS
Fulvia Michele Farias Brandão

GERENTE ESTRATÉGICO DE LOGÍSTICA
Marcel Valente Pantoja

GERENTE EXECUTIVA DE GESTÃO DE SERVIÇOS
Susane de Souza Barbosa

GERENTE EXECUTIVO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
Marcos Leandro Rodrigues de Castro

GERENTE EXECUTIVO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Manuel Argente de Oliveira

GERENTE EXECUTIVA DE CADASTRO E ATENDIMENTO
Katsuk Costa do Nascimento

GERENTE ESTRATÉGICA FINANCEIRA
Eliana Palheta de Almeida

GERENTE EXECUTIVA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
Rosemary Rodrigues da Silva

GERENTE EXECUTIVO DE CONTABILIDADE E CUSTOS
Anderson Talles Nunes Lima

GERENTE ESTRATÉGICO DE GESTÃO DE CRÉDITOS
Antônio Thiago Bastos Rodrigues

GERENTE EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO DA CARTEIRA IMOBILIÁRIA
Tatiane Beltrão dos Anjos Queiroz de Almeida

COORDENAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO RELATÓRIO
Unidade Estratégica de Desenvolvimento Institucional (UEDIN)
Maria Suely Nascimento de Souza – Gerente Estratégica
Marcelo Fernandes Maia – Auxiliar Técnico

Fotos: Acervo da Cohab-PA, Agência Pará.

LISTA DE SIGLAS

ABC	Associação Brasileira de COHAB's e Agentes Públicos de Habitação
ASCOM	Assessoria de Comunicação
ASTEC	Assessoria Técnica
ATHIS	Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social
BANPARÁ	Banco do Estado do Pará
CAIXA	Caixa Econômica Federal
DEA	Despesas de Exercício Anteriores
CEDPI	Conselho Estadual da Pessoa Idosa
CIAMP	Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua
CME-PM	Comando de Missões Especiais da Polícia Militar
CMP	Central de Movimentos Populares
COHAB-PA	Companhia de Habitação do Estado do Pará
CODEM	Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém
CONCIDADES	Conselho Estadual das Cidades
COP	Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
CRF	Certificado de Regularização Fundiária
DIAFI	Diretoria Administrativa e Financeira
DIPEM	Diretoria de Programa Especial de Moradia
DIPOL	Diretoria de Política Habitacional
DITEC	Diretoria Técnica
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
ERT	Encontro Regionalizado Temático
FCVS	Fundo de Compensação de Variações Salariais
FEHIS	Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
GEFIN	Gerência Estratégica Econômico-Financeira

GEGEC	Gerência Estratégica de Gestão de Créditos
GEGEP	Gerência Estratégica de Gestão de Pessoas
GEGOB	Gerência Estratégica de Gestão de Obras
GELOG	Gerência Estratégica de Logística
GEPEM	Gerência Estratégica de Programa Especial de Moradia
GEPOL	Gerência Estratégica de Política Habitacional
GEPRO	Gerência Estratégica de Projetos
GEREG	Gerência Estratégica de Regularização
GESEF	Gerência Nacional de Seguros e Fundos Habitacionais
GETTS	Gerência Estratégica de Trabalho Técnico Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPASEP	Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PGE	Procuradoria Geral do Estado
PMB	Prefeitura Municipal de Belém
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PNUD	Programa das Nações Unidades para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PTTS	Programa de Trabalho Técnico Social
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
RCV	Relatório de Contratos Validados
REURB	Regularização Fundiária Urbana
SAA	Sistema de Abastecimento de Água
SCCI	Sistema de Controle de Crédito Imobiliário
SEASTER	Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda
SECIR	Secretaria de Estado das Cidades

SECOM	Secretaria de Comunicação do Governo
SEGUP	Secretaria de Estado de Segurança Pública
SEHIS	Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social
SEOP	Secretaria de Estado de Obras Públicas
SEPLAD	Secretaria de Estado de Planejamento e Administração
SESPA	Secretaria de Estado de Saúde Pública
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
SIEDS	Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social
SIGPLAN	Sistema Integrado de Planejamento do Pará
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TEVAP	Tanque de Evapotranspiração
TPD	Trabalho de Realização da Despesa
TPR	Trabalho de Realização da Receita
UEDIN	Unidade Estratégica de Desenvolvimento Institucional
UFPA	Universidade Federal do Pará
UG	Unidade Gestora
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma da Cohab-PA 18
Figura 2 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 20
Figura 3 – Visão de Futuro do Estado do Pará 24
Figura 4 – Equipe da Cohab-PA presentes nos ERT's, em Santarém 25
Figura 5 – Equipe da Cohab-PA presente nos ERT's, em Altamira 25
Figuras 6 – Cohab-PA presente no ERT, em Breves/PA 26
Figuras 7 – Cohab-PA presente em evento do Pará 2050, emBelém/PA 26
Figuras 8 – Cohab-PA presente no ERT, em Itaituba/PA 26
Figura 9 – Oficina de Monitoramento do PPA, 2º Semestre/2024 27
Figura 10 – Reunião da equipe da Cohab-PA com a CAIXA 29
Figura 11 – Moradia usual de ribeirinhos, Ilha do Combu, Belém/PA 31
Figuras 12 e 13 – Condições de saneamento identificadas na Ilha do Combu 32
Figura 14 – Vista geral da região das ilhas, no entorno da capital paraense 33
Figura 15 – Equipe Segup e Cohab-PA antes do embarque à região das ilhas 33
Figura 16 – Observação da Tevap na Ilha do Combu, Belém/PA 33
Figuras 17 e 18 – Projeto Sua Casa COP30 e amostra de tijolos fabricados com caroços de açaí 34
Figura 19 e 20 – Cohab-PA na 23ª Reunião Ordinária do ConCidades/PA 35
Figuras 21 e 22 – Cohab-PA na 23ª Reunião Ordinária do ConCidades/PA 36
Figura 23 – Entrega do Programa Sua Casa em Vigia/PA 38
Figura 24 – Entrega do Programa Sua Casa em Acará/PA 40
Figura 25 – Capacitação para técnicos do município de Acará/PA 43
Figura 26 – Reunião com a Comissão Gestora do Projeto para Segurança Pública 45
Figura 27 – Atendimento a beneficiários de Auxílio Moradia 50
Figura 28 – Equipe da Cohab-PA e da Polícia Militar na operação realizada no Residencial Liberdade 51
Figura 29 – Riacho Doce, ANTES da intervenção 53
Figura 30 – Riacho Doce, DEPOIS da intervenção 53

Figura 31 – Entrega de Título de Imóvel em Castanhal/PA 54
Figura 32 – Entrega de Título de Imóvel em Redenção/PA 55
Figuras 33 e 34 – Entrega das matrículas Individualizadas aos ocupantes do Núcleo Urbano Jaderlândia, em Castanhal/PA 55
Figuras 35 a 37 – Assinatura do Termo de Cooperação Técnica para Ações de Regularização Fundiária, em Tucuruí/PA 59
Figura 38 – Capacitação com a equipe de cadastradores, em Tucuruí/PA 60
Figura 39 – Treinamento em campo 60
Figura 40 – 1ª Reunião de orientação aos moradores do bairro Cohab Pimentel 60
Figuras 41 – Reunião de alinhamento. Técnicos da Prefeitura de Marituba e da Cohab-PA 63
Figuras 42 – Publicação de Termo de Compromisso firmado com a União 63
Figura 43 – Beneficiárias do Projeto REURB-S Jaderlândia 64
Figuras 44 – Oficina Mentoria ANDUS, realizada na CODEM 72
Figuras 45 – Seminário realizado na UFPA 73
Figuras 46 a 49 – Coleção e mobiliário do Projeto Pallas 75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Atendimentos do Programa Sua Casa, realizado físico e financeiro, 2019-2024 39
Gráfico 2 – Arrecadação da Carteira Cohab-PA, 2022-2024 80
Gráfico 3 – Arrecadação da Carteira IPASEP, 2022-2024 80
Gráfico 4 – Evolução da Receita Realizada por Fonte, 2022-2024 95
Gráfico 5 – Fixação e Execução Orçamentária da Despesa, 2024 97
Gráfico 6 – Evolução Histórica da Despesa Paga, 2022-2024 100
Gráfico 7 – Receita Realizada x Despesa Paga, 2024 101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável/Metas alinhadas às Ações da Cohab 21
Quadro 2 – Programas, Objetivos e Ações da Cohab-PA no PPA 2024-2027 28

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Atendimentos do Programa Sua Casa aos Grupos Prioritários, 2024 40
Tabela 2 – Execução Física e Financeira do Programa Sua Casa, 2024 41
Tabela 3 – Atendimentos por Região de Integração do Programa Sua Casa, 2024 42
Tabela 4 – Concessão de Auxílio Moradia, 2024 46
Tabela 5 – Execução Física e Financeira da Ação Oferta de Unidade Habitacional - UG Cohab-PA, 2024 48
Tabela 6 – Imóveis Regularizados, 2024 60
Tabela 7 – Execução Física e Financeira da Ação, em 2024 61
Tabela 8 – Áreas de Intervenção do Programa Periferia Viva 62
Tabela 9 – Execução Física e Financeira da Ação em 2024 65
Tabela 10 – Execução Física e Financeira da Ação em 2024 66
Tabela 11 – Execução Física e Financeira da Ação em 2024 67
Tabela 12 – Execução Física e Financeira da Ação em 2024 67
Tabela 13 – Execução Física e Financeira da Ação em 2024 68
Tabela 14 – Quantitativo de Pessoal, 2024 69
Tabela 15 – Execução Física e Financeira da Ação, 2024 76
Tabela 16 – Contratos das Carteiras Cohab-PA e Ipasep, 2023-2024 78
Tabela 17 – Perfil dos Contratos de Financiamento Habitacional, 2023-2024 79
Tabela 18 – Contratos em Retorno pelo FCVS, 2022-2024 82
Tabela 19 – Demonstrativo Físico das Ações do Programa Desenvolvimento Urbano em 2024 83
Tabela 20 – Execução Orçamentária do Programa Desenvolvimento Urbano, por Fonte de Receita, em 2024 85

Tabela 21 – Execução Orçamentária do Programa Desenvolvimento Urbano, por Grupo de Despesa, em 2024 85
Tabela 22 – Demonstrativo Físico das Ações do Programa Manutenção da Gestão, em 2024 87
Tabela 23 – Execução Orçamentária do Programa Manutenção da Gestão, por Fonte de Receita, em 2024 87
Tabela 24 – Execução Orçamentária do Programa Manutenção da Gestão, por Grupo de Despesa, em 2024 88
Tabela 25 – Demonstrativo Físico das Ações do Programa Governança Pública, em 2024 89
Tabela 26 – Execução Orçamentária do Programa Governança Pública, por Fonte de Receita, em 2024 90
Tabela 27 – Execução Orçamentária do Programa Governança Pública, por Grupo de Despesa, em 2024 90
Tabela 28 – Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira da UG 670201, 2024 91
Tabela 29 – Previsão e Realização Orçamentária e Financeira da Receita, 2024 94
Tabela 30 – Fixação e Execução Orçamentária e Financeira da Despesa, 2024 96
Tabela 31 – Despesa Executada/Liquidada por Fonte de Recurso, 2024 98
Tabela 32 – Execução Financeira por Categoria de Gasto – Despesa Paga, 2024 99
Tabela 33 – Execução Orçamentária e Financeira, 2024 101
Tabela 34 – Resultados dos Indicadores de Processo, 2024 103

SUMÁRIO

1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL 17

2. IDENTIDADE ORGANIZACIONAL 19

3. OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) 20

4. PLANEJAMENTO E GESTÃO 24

4.1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE LONGO PRAZO DO ESTADO DO PARÁ (PARÁ 2050) 24

4.2. PLANO PLURIANUAL 2024-2027 27

4.3. AÇÕES PARA VIABILIZAR A OFERTA DE SOLUÇÕES HABITACIONAIS 29

5. CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO PARÁ (CONCIDADES/PA) 35

6. PROGRAMA 1489 – DESENVOLVIMENTO URBANO, HABITAÇÃO, SANEAMENTO E MOBILIDADE 37

6.1. OBJETIVO – PROMOVER O ACESSO À MORADIA E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE 38

6.1.1. AÇÃO 7643 – CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE UNIDADE HABITACIONAL – SUA CASA 38

6.1.2. AÇÃO 2298 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (ATHIS) 43

6.1.3. AÇÃO 8969 – CONCESSÃO DE BENEFÍCIO HABITACIONAL 44

6.1.4. AÇÃO 7733 – REQUALIFICAÇÃO DOS CANAIS DA BACIA DO TUCUNDUBA 46

6.1.5. AÇÃO 7642 – OFERTA DE UNIDADE HABITACIONAL 47

6.1.6. AÇÃO 8185 – URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E SUBNORMAIS 49

6.1.7. AÇÃO 8186 – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA 54

7. PROGRAMA 1297 – MANUTENÇÃO DA GESTÃO 65
7.1. OBJETIVO – VIABILIZAR A GESTÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO 65
7.1.1. AÇÃO 4668 – ABASTECIMENTO DE UNIDADES MÓVEIS DO ESTADO 65
7.1.2. AÇÃO 8311 – CONCESSÃO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO 66
7.1.3. AÇÃO 8312 – CONCESSÃO DE AUXÍLIO TRANSPORTE 66
7.1.4. AÇÃO 8338 – OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS 67
7.1.5. AÇÃO 8339 – OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE RECURSOS HUMANOS 68
8. PROGRAMA 1508 – GOVERNANÇA PÚBLICA 70
8.1. OBJETIVO – APRIMORAR O DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS 70
8.1.1. AÇÃO 8887 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS 70
8.2. OBJETIVO – PROVER A GOVERNABILIDADE E TRANSPARÊNCIA DO PODER EXECUTIVO 77
8.2.1. AÇÃO 7552 – CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS PÚBLICOS ESTADUAIS 77
8.2.2. AÇÃO 8255 – PUBLICIDADE DAS AÇÕES DE GOVERNO 77
9. GESTÃO IMOBILIÁRIA 78
9.1. ARRECADAÇÃO DAS CARTEIRAS IMOBILIÁRIAS 80
9.2. LIBERAÇÃO DE RECIBOS DE QUITAÇÃO E HIPOTECA 81
9.3. CARTEIRA DE RETORNO DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS (FCVS) 81
10. DESEMPENHO DOS PROGRAMAS 83
10.1. PROGRAMA 1489 – DESENVOLVIMENTO URBANO, HABITAÇÃO, SANEAMENTO E MOBILIDADE 83
10.2. PROGRAMA 1297 – MANUTENÇÃO DA GESTÃO 86

10.3. PROGRAMA 1508 – GOVERNANÇA PÚBLICA 89
11. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 91
11.1. RECEITA 93
11.2. DESPESA 96
11.3. RECEITA X DESPESA 101
12. INDICADORES DE PROCESSO 102
13. CONSIDERAÇÕES FINAIS 104

1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Companhia de Habitação do Estado do Pará (Cohab-PA), é uma sociedade anônima de economia mista estadual, cuja criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 3.282, de 13 de abril de 1965.

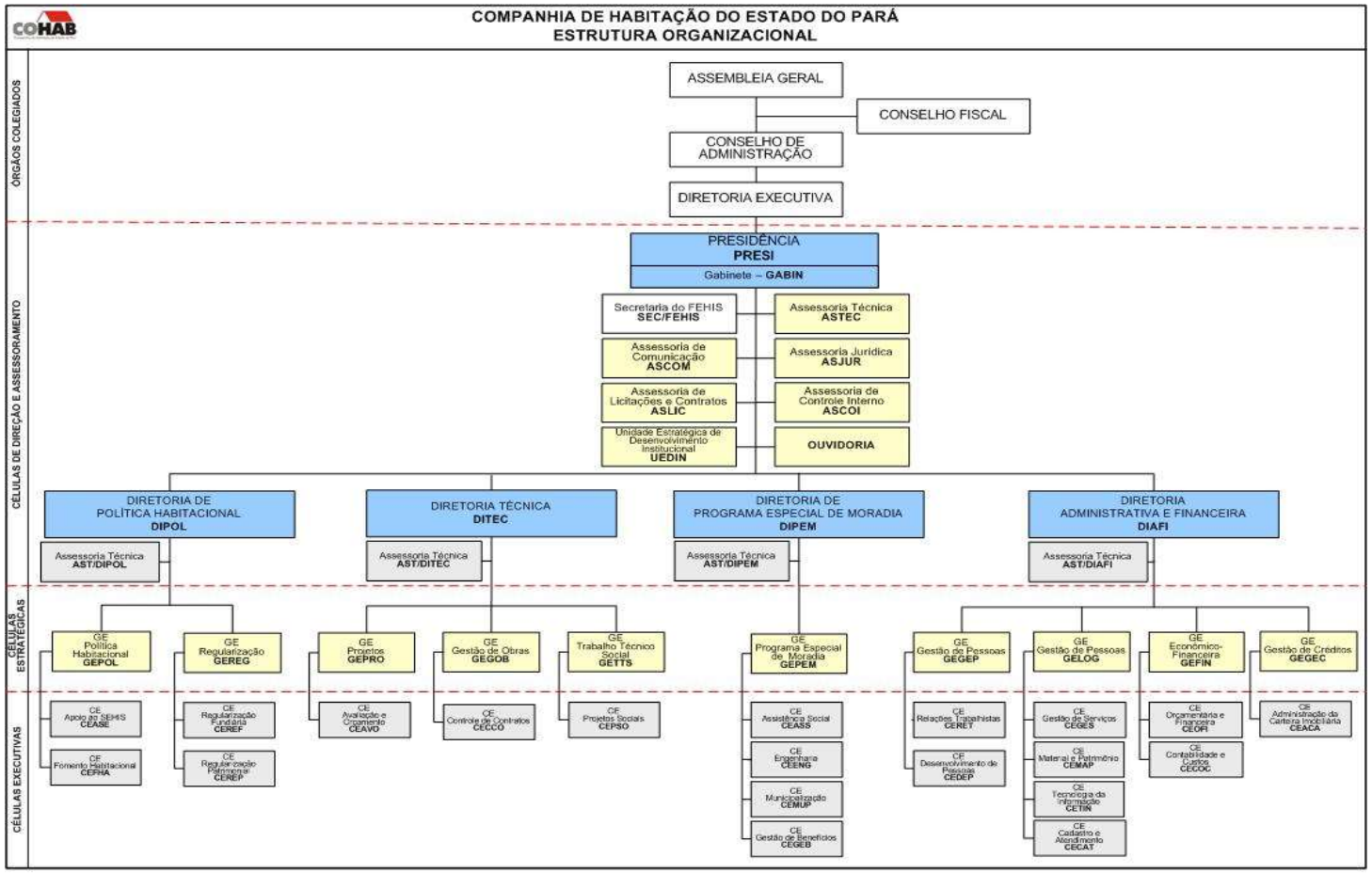
A Cohab-PA é parte integrante da Administração Pública Estadual Indireta, regendo-se pelas Leis Federais nº 6.404, de 15/12/1976 e nº 13.303, de 30/06/2016, pela Lei Estadual nº 7.087, de 16/01/2008 e pelo Decreto Estadual nº 1.667 de 27/12/2016.

Por determinação da Lei Estadual nº 7.087/2008, que dispõe sobre a criação do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social (SEHIS), a Cohab-PA é o órgão responsável pela execução da Política Habitacional no Estado. Atua para reduzir o déficit habitacional quantitativo e qualitativo, prioritariamente de famílias de baixa renda, no âmbito do Estado do Pará.

A estrutura superior da Companhia tem a seguinte composição: Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, composta pela Presidência e mais quatro Diretorias: Presidência (PRESI), Diretoria de Política Habitacional (DIPOL), Diretoria Técnica (DITEC), Diretoria de Programa Especial de Moradia (DIPEM) e Diretoria Administrativa e Financeira (DIAFI).

Subordinadas a cada Diretoria, as Gerências Estratégicas e Executivas atuam, respectivamente, nos níveis tático e operacional, conforme apresenta o Organograma da Companhia, aprovado na 2ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração em 02 de maio de 2022.

Figura 1 – Organograma da Cohab-PA



Fonte: Regimento Interno, Cohab-PA, 2024.

2. IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO

EXECUTAR A POLÍTICA HABITACIONAL DO ESTADO, COM PRIORIDADE À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.



Comunica nossa finalidade e razão de existir. Esclarece o que fazemos e para quem fazemos.

Estabelece o que queremos alcançar no futuro. Representa o sonho motivador a ser perseguido por todos.



VISÃO

SER UMA EMPRESA INOVADORA, CAPAZ DE PROPORCIONAR O ACESSO A MORADIAS DIGNAS E SUSTENTÁVEIS.

VALORES

ÉTICA, COMPROMETIMENTO, INTEGRAÇÃO, INOVAÇÃO, RESPONSABILIDADE SOCIAL e TRANSPARÊNCIA.



Representam os princípios que influenciam nossa atuação e pautam nossos relacionamentos.

3. OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Figura 2 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Adaptado de Nações Unidas, 2024.

A **Agenda 2030** é uma iniciativa global adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015, que tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável em todo o mundo até o ano de 2030. Ela busca erradicar a pobreza e promover o bem-estar de todas as pessoas, sem prejudicar o meio ambiente. Para alcançar esses objetivos, foram definidos 17 **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** globais interconectados que se desdobram em 169 metas específicas e que abordam as questões mais urgentes enfrentadas pela humanidade.

Em 2023, o governo brasileiro propôs a criação do **ODS 18 – IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL** para colocar o combate ao racismo no centro dos esforços para o desenvolvimento sustentável e para o alcance da Agenda 2030.

Esses objetivos são uma chamada à ação para os governos, empresas, organizações da sociedade civil e cidadãos, com o intuito de criar um futuro mais justo, igualitário e sustentável para as próximas gerações. A Agenda é um compromisso coletivo para transformar o mundo, promovendo a sustentabilidade social, ambiental e econômica.

Nessa mesma direção, **as ações executadas pela Cohab-PA**, estão **alinhadas a 6 ODS, contribuindo para o alcance de 10 metas**, sendo 9 finalísticas e uma de implementação, descritas no Quadro 1.

Quadro 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável/Metas alinhadas às Ações da Cohab-PA.

ODS	Metas
ODS 1 – **ERRADICAÇÃO DA POBREZA** – Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares**.**	**Meta 1.4** – Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade, tenham acesso a serviços sociais, infraestrutura básica, novas tecnologias e meios para produção, tecnologias de informação e comunicação, serviços financeiros e segurança no acesso equitativo à terra e aos recursos naturais.
	Meta 1.5 – Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.
ODS 5 – **IGUALDADE DE GÊNERO** – ALCANÇAR A IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAR TODAS AS MULHERES E MENINAS.	**Meta 5.a** – Garantir igualdade de direitos, de acesso e de controle dos recursos econômicos, da terra e de outras formas de propriedade, de serviços financeiros, de herança e de recursos naturais de forma sustentável, por meio de políticas de crédito, capacitação, assistência técnica, reforma agrária e habitação, entre outras, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.
ODS 6 – **ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO** – ASSEGURAR A DISPONIBILIDADE E GESTÃO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA E SANEAMENTO PARA TODOS.	**Meta 6.1** – Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água para consumo humano, segura e acessível para todos.
	Meta 6.2– Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade.

Continua

Continuação

ODS	Metas
ODS 10 – REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES – REDUZIR A DESIGUALDADE DENTRO DOS PAÍSES E ENTRE ELES.	**Meta 10.2** – Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, de forma a reduzir as desigualdades, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, nacionalidade, religião, condição econômica ou outra.
	Meta10.3 – Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.
ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS – TORNAR AS CIDADES E OS ASSENTAMENTOS HUMANOS INCLUSIVOS, SEGUROS, RESILIENTES E SUSTENTÁVEIS.	**Meta 11.1** – Até 2030, garantir o acesso de todos à moradia digna, adequada e a preço acessível; e aos serviços básicos e urbanizar os assentamentos precários de acordo com as metas assumidas no Plano Nacional de Habitação, com especial atenção para grupos em situação de vulnerabilidade.
	Meta 11.3 – Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, aprimorar as capacidades para o planejamento, para o controle social e para a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todas as unidades da federação.
ODS 18 – IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL – ELIMINAR O RACISMO E A DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL, EM TODAS SUAS FORMAS, CONTRA OS POVOS INDÍGENAS E AFRODESCENDENTES.	**Meta 18.6** – Assegurar moradias adequadas, seguras e sustentáveis aos povos indígenas e afrodescendentes, incluindo comunidades tradicionais, favelas e comunidades urbanas, com garantia de equipamentos e serviços públicos de qualidade, com especial atenção à população em situação de rua.

Fonte: PNUD Brasil, 2024.

As ações executadas pela Cohab-PA contribuem para o alcance dessas metas ao:

- Garantir moradias dignas a populações de baixa renda e a grupos historicamente marginalizados, reduzindo a precariedade habitacional e a segregação urbana e territorial (**Metas 1.4, 1.5, 5.a, 10.2, 10.3 e 18.6**);
- Proporcionar segurança da posse da terra ou do imóvel, priorizando mulheres, povos e comunidades tradicionais (**Meta 1.4,5.a, 10.2 e 18.6**);
- Facilitar o acesso a infraestrutura básica: moradias construídas com acesso ao saneamento básico, energia elétrica, transporte e equipamentos públicos essenciais, respeitando o direito à cidade (**Metas 6.1, 6.2, 11.1 e 18.6**);
- Promover inclusão social e econômica, uma vez que o trabalho social promove a geração de emprego e renda. Além disso, a moradia própria reduz gastos com aluguel e a posse do imóvel abre oportunidades de crédito e estabilidade financeira (**Metas 1.4 e 10.2**);
- Reduzir a vulnerabilidade de famílias pobres ao garantir moradias estruturadas e seguras contra desastres naturais (**Meta 1.5 e 11.1**);
- Contribuir para um crescimento ordenado das cidades, promovendo infraestrutura adequada evitando ocupações irregulares e a concentração de populações de baixa renda em áreas precárias (**Metas 10.3 e 11.3**);
- Promover políticas públicas habitacionais inclusivas, com subsídios e programas que facilitam o financiamento para populações vulneráveis (**Metas 5.a, 10.3 e 18.6**);
- Promover planejamento urbano sustentável – a oferta de habitação social incentiva a ocupação planejada do território, reduzindo impactos ambientais e sociais (**Meta 11.3**);
- Participação social, incentivando a inclusão da população no planejamento e execução da política habitacional (**Meta 11.3**).

4. PLANEJAMENTO E GESTÃO

4.1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE LONGO PRAZO DO ESTADO DO PARÁ (PARÁ 2050)

Figura 3 – Visão de Futuro do Estado do Pará



Fonte: Seplad, PARÁ 2050, 2024.

O **PARÁ 2050** é um plano estratégico do Governo do Estado que busca construir uma agenda de longo prazo, capaz de nortear um conjunto de intervenções alinhadas às demandas da população e respeitando as particularidades locais e regionais. Com foco no desenvolvimento sustentável, o Plano propõe um modelo de governança compartilhada para reduzir desigualdades históricas e melhorar indicadores sociais.

A partir de diagnósticos e consultas regionais, as ações serão adaptadas às dinâmicas locais, maximizando potencialidades e enfrentando desafios com critérios técnicos, sem perder a identidade de cada território.

O Plano estabelece diretrizes, metas e ações estratégicas com o objetivo de transformar o potencial socioeconômico do Pará em oportunidades concretas para a melhoria da qualidade de vida da população.

Dessa forma, o PARÁ 2050 desempenhará um papel crucial na elaboração dos Planos Plurianuais (PPAs), atuando como um "norte estratégico" que assegura coesão, continuidade e alinhamento entre as ações de curto e médio prazo e os objetivos de longo prazo. Esse alinhamento não apenas otimiza o uso dos recursos, mas também garante a efetividade na execução das políticas públicas.

Em 2024, o Governo do Estado, por meio da Seplad, promoveu **12 Encontros Regionalizados Temáticos (ERT)**, com o propósito de ouvir as demandas da população paraense, discutir e definir a Visão de Futuro e as Ações Estratégicas a serem implementadas em cada Região de Integração.**A Cohab-PA marcou presença em todos os encontros**, com o objetivo de mapear as carências habitacionais das cidades paraenses e propor ações que assegurem políticas públicas voltadas para o desenvolvimento urbano sustentável.

Durante as oitivas realizadas com a sociedade em todas as regiões de integração, emergiram como principais demandas habitacionais:

- O **atendimento às necessidades dos povos e comunidades tradicionais**, por meio de projetos habitacionais que respeitem seus costumes, tradições e formas de organização social;
- O **avanço na Regularização Fundiária Urbana**, considerando a grande demanda por segurança da posse em todo o Estado.

Figuras 4 e 5 – Equipe da Cohab-PA presente nos ERT's, em Santarém/PA e Altamira/PA



Fonte: ASCOM/Seplad, 2024.

As Ações e os Projetos Estratégicos na área da habitação estão inseridos no PARÁ 2050, no Eixo Estratégico **"Infraestrutura, Logística e Mobilidade Urbana e Rural"**, na Diretriz **"Moradia Digna e Sustentável"**.

Figuras 6 – Cohab-PA presente no ERT, em Breves/PA



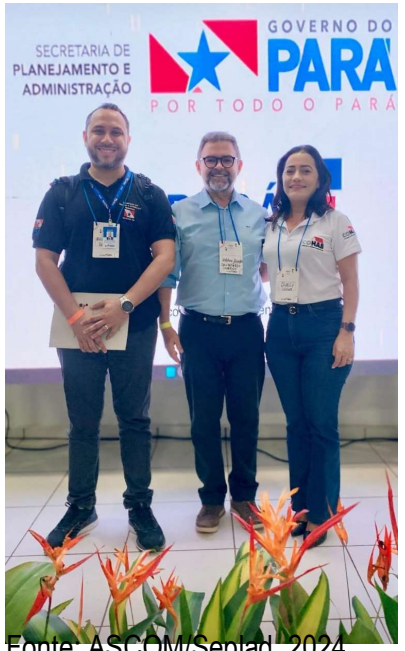
Fonte: ASCOM/Seplad, 2024.

Figuras 7 – Cohab-PA presente em evento do Pará 2050, em Belém/PA



Fonte: ASCOM/Seplad, 2024.

Figuras 8 – Cohab-PA presente no ERT, em Itaituba/PA



Fonte: ASCOM/Seplad, 2024.

4.2. PLANO PLURIANUAL 2024-2027

Figura 9 – Oficina de Monitoramento do PPA, 2º Semestre/2024



Fonte: ASCOM/Seplad, 2024.

A COHAB/PA é o principal órgão executor da Política Estadual de Habitação de Interesse Social, definido pela Lei Estadual nº 7.087/2008, que dispõe sobre a criação do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social (SEHIS). Assim sendo, está inserida no Plano Plurianual 2024-2027 com o Programa Temático **DESENVOLVIMENTO URBANO, HABITAÇÃO, SANEAMENTO E MOBILIDADE**.

Este programa está estruturado comum conjunto de ações cujos produtos possibilitam reduzir déficit e inadequação habitacionais no Estado, com o objetivo de "promover o acesso à moradia e melhorar as condições de habitabilidade, prioritariamente a habitação de interesse social".

Além do programa finalístico a Companhia executa ações dos Programas **GOVERNANÇA PÚBLICA** e **MANUTENÇÃO DA GESTÃO**, são programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado, essenciais para o funcionamento e manutenção da Empresa.

As ações vinculadas aos 3 Programas são monitoradas pela Unidade Estratégica de Desenvolvimento Institucional (UEDIN), por meio do Sistema Integrado de Planejamento (Sigplan) e pela Seplad nas oficinas de monitoramento e avaliação de programas.

Os resultados alcançados neste exercício estão disponíveis para acesso ao público no Sistema Sigplan (em www.seplad.pa.gov.br) e apresentados neste Relatório (Quadro 2).

Quadro 2 – Programas, Objetivos e Ações da Cohab-PA no PPA 2024-2027

Programa	Objetivo	Ação	Produto
DESENVOLVIMENTO URBANO, HABITAÇÃO, SANEAMENTO E MOBILIDADE	Promover o acesso à moradia e melhorar as condições de habitabilidade, prioritariamente, a habitação de interesse social.	Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social	Família atendida
		Concessão de Benefício Habitacional	Benefício concedido
		Construção de Unidade Habitacional – Sua Casa	Domicílio atendido
		Oferta de Unidade Habitacional	Unidade entregue
		Regularização Fundiária Urbana	Imóvel regularizado
		Urbanização de Assentamentos Precários e Subnormais	Domicílio atendido
GOVERNANÇA PÚBLICA	Promover a governabilidade e transparência do poder executivo	Requalificação dos Canais da Bacia do Tucunduba	Obra executada
		Capacitação de Servidores Públicos	Servidor capacitado
		Construção de Imóveis Públicos Estaduais	Imóvel construído
		Publicidade das Ações de Governo	Campanha realizada
MANUTENÇÃO DA GESTÃO	Viabilizar a gestão administrativa do Estado	Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	Unidade abastecida
		Concessão de Auxílio Alimentação	Servidor beneficiado
		Concessão de Auxílio Transporte	Servidor beneficiado
		Operacionalização das Ações Administrativas	Contrato mantido
		Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	Servidor remunerado

Fonte: PPA 2024-2027.

4.3. AÇÕES PARA VIABILIZAR A OFERTA DE SOLUÇÕES HABITACIONAIS

– PRODUÇÃO HABITACIONAL

Figura 10 – Reunião da equipe da Cohab-PA com a CAIXA



Fonte: GEPOL/Cohab/PA, 2024.

Desde a publicação da legislação do Novo Minha Casa Minha Vida (PMCMV), por meio do Decreto nº 11.439, de 17 de março de 2023, a Cohab-PA vem buscando parcerias estratégicas com outros entes para ampliar o acesso à moradia para os cidadãos paraenses. Essas iniciativas têm como referência as experiências de outros agentes habitacionais no país, como a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) e a MT Participações e Projetos S/A (MTPAR), do Estado do Mato Grosso.

Nesse sentido, o Governo do Estado instituiu o **Programa Habitação Sua Casa**, por meio da Lei nº 10.312, de 28 de dezembro de 2023, regulamentada pelo Decreto nº 4.156, de 29 de agosto de 2024. Essa legislação prevê subsídios de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais) para a produção e aquisição de unidades habitacionais, sendo fundamentais as parcerias para viabilizar a operacionalização das ações.

O programa estadual pode subsidiar a produção de unidades habitacionais em empreendimentos do PMCMV, em diversas modalidades, atuando como agente de viabilidade e/ou qualificando os empreendimentos contratados. Além disso, o Programa Habitação Sua Casa pode oferecer subsídios para a aquisição de unidades habitacionais do PMCMV – Iniciativa Cidades, beneficiando diretamente os compradores. Essa iniciativa facilita a entrada em financiamentos ou reduz os valores dos imóveis adquiridos.

Para a implementação da lei estadual, a Cohab-PA está firmando parcerias formais com a COHAPAR e a CAIXA.No caso da COHAPAR, a parceria tem como foco o compartilhamento de boas práticas, sistemas de bancos de dados, cadastros e modelos de seleção utilizados na execução da política habitacional no Paraná. O objetivo é adaptar e aplicar essas metodologias no contexto do Estado do Pará, promovendo maior eficiência e eficácia.

Em relação à parceria com a CAIXA, em setembro de 2024 foi realizada a primeira reunião técnica para planejar as ações conjuntas e operacionalizar a Lei nº 10.312/2023 no âmbito do PMCMV. Está prevista a formalização de dois instrumentos legais: o primeiro para operacionalizar as ações do PMCMV – Iniciativa Cidades, objetivando a contratação da CAIXA como agente operador e financeiro; e o segundo para ações relacionadas ao Programa Minha Casa Minha Vida – Fundo de Arrendamento Residencial (PMCMV – FAR).

- **HABITAÇÃO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

A Lei Estadual nº 9.306/2021 instituiu a **Política Estadual para População em Situação de Rua**, onde um de seus objetivos é garantir ações de apoio e sustentação aos programas de habitação social que atendam à essa população, com o acompanhamento social desenvolvido por equipe multidisciplinar, no período anterior e posterior à ida para o imóvel.

Nesse sentido, em março de 2024, foi criado o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (CIAMP – Rua) Pará.

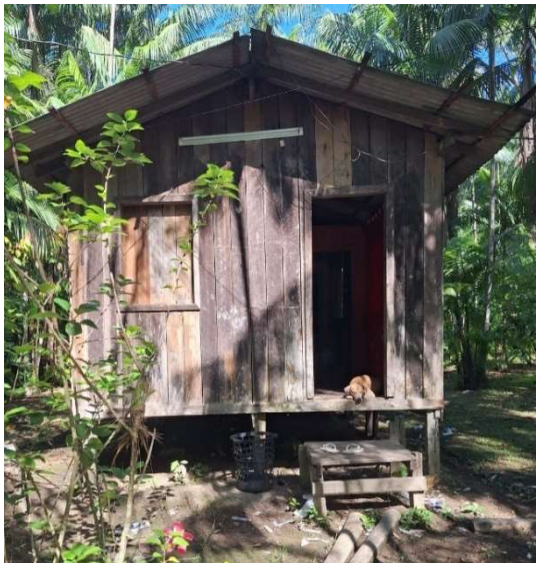
A Companhia integra o referido Comitê, o qual executará ações a partir de aplicação de questionário para identificar o público-alvo, na sequência será elaborado Plano de Contingência a ser apresentado às instâncias superiores de governo. No Plano de Contingência a Cohab-PA poderá propor ações, dentro da Política Habitacional, priorizando as necessárias para a COP 30, a ser realizada em novembro/2025, nesta cidade.

- **MELHORIA HABITACIONAL – PROJETOS PARA COMUNIDADES RIBEIRINHAS**

Conforme PNAD Contínua, 2022, o Pará possui 1,64 mil domicílios, sendo 54,47% destes com alguma Inadequação Edilícia, dentre elas a ausência de banheiro, com tratamento de esgotamento sanitário inadequado, precisando enfrentamento, pelo poder público, desta inadequação. Diante desses dados e, considerando que nas regiões das ilhas há prevalência de áreas alagadiças e/ou que sofrem influência direta ou indireta de rios e marés, necessitando de projetos de saneamento adequado (esgotamento sanitário e abastecimento de água), torna-se urgente e necessária a execução de ações voltadas à melhoria da qualidade de vida desta parcela da população.

A equipe técnica da Cohab-PA, atenta à necessidade de preservação ambiental e a inclusão social, e alinhada às demandas da sociedade expressas no Plano PARÁ 2050 – que ressalta a necessidade de uma política habitacional específica para os "povos das florestas" –, iniciou pesquisas voltadas ao atendimento habitacional da população ribeirinha das regiões insulares dos municípios de Belém e

Figura 11 – Moradia usual de ribeirinhos, Ilha do Combu, Belém/PA



Fonte: UEDIN/Cohab/PA, 2024.

Barcarena. Esse trabalho busca compreender e registrar as reais necessidades habitacionais dessas comunidades, reconhecendo suas peculiaridades e anseios distintos em relação à população em geral.

Nesse sentido, a equipe iniciou visitas *in loco* e esteve, inicialmente, na Ilha das Onças, localizada na cidade de Barcarena, além da Ilha do Combu, na cidade de Belém. Um dos objetivos das visitas foi acompanhar pesquisadores de duas instituições de ensino superior (IES), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Instituto Federal de Educação do Pará (IFPA), em locais onde há estudo e intervenções com experiências acadêmicas.

Na oportunidade, a equipe da Cohab-PA buscou mapear as principais necessidades habitacionais e de saneamento das famílias na Ilha das Onças onde a equipe de pesquisa das IES pretende implementar uma casa sustentável para uma família local da região da Comunidade Vitória, às margens da Baía do Guajará.

A equipe seguiu também para a Ilha do Combu, a fim de conhecer o projeto de captação e tratamento de água das chuvas com transformação em água potável para distribuição e consumo, bem como o tratamento de esgoto o qual é realizado com a tecnologia da instalação de Tanque de Evapotranspiração (Tevap).

Figuras 12 e 13 – Condições de saneamento identificadas na Ilha do Combu



Fonte: ASTEC/Cohab-PA, 2024.

Além dessas localidades, foram realizadas pesquisas na Região Insular de Ananindeua, a qual é formada por nove ilhas: Ilhas de João Pilatos, Viçosa, Santa Rosa, Guajarina, Sassunema, Sororoca, São José de Sororoca, Arauari e Mutá. As nove ilhas de Ananindeua, foram reconhecidas pelo Estado do Pará como Patrimônio de Natureza Imaterial, por meio da Lei Estadual nº 9.554/2022.

Os estudos têm como objetivo elaborar um projeto de intervenção, que vise reduzir a inadequação habitacional das famílias residentes nas ilhas por meio da utilização de tecnologia sustentável no tratamento de esgotamento sanitário com a construção de aproximadamente 40 Tanques Tevap's, com acompanhamento técnico por equipe multidisciplinar da Companhia, por meio de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS). O projeto está em fase de elaboração para ser apresentado à câmara dos deputados visando a captação de recursos por meio de Emenda Parlamentar.

Figura 14 – Vista geral da região das ilhas, no entorno da capital paraense



Fonte: Google Earth, 2024.

Figura 15 – Equipe Segup e Cohab-PA antes do embarque à região das ilhas



Fonte: GEPOL/Cohab-PA, 2024.

Figura 16 – Observação da Tevap na Ilha do Combu, Belém/PA



Fonte: GEPOL/Cohab-PA, 2024.

Com o anúncio da realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), em Belém, a equipe técnica, em outra frente de trabalho, identificou uma iniciativa conduzida por movimentos de luta por moradia e uma associação de agroextrativistas residentes na Ilha do Combu. O projeto em questão prevê a construção de 50 unidades habitacionais utilizando tecnologias sustentáveis, já aprovadas pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) do Ministério das Cidades e da CAIXA.

Diante dessa iniciativa, foram iniciadas tratativas para estabelecer uma cooperação entre a Cohab-PA e a Central de Movimentos Populares (CMP), com o objetivo de avaliar a viabilidade do projeto. Como resultado das interações, delineou-se a proposta de incorporar um módulo habitacional sustentável inédito, que emprega tecnologias construtivas de baixo impacto ambiental, a ser integrado às 50 unidades do PNHR. Essa iniciativa visa testar novas soluções construtivas para a região.

Após estudos e pesquisas, a Cohab-PA desenvolveu uma proposta baseada na utilização de tijolos ecológicos, cuja composição inclui resíduos de caroços de açaí, eliminando a necessidade de queima no processo de fabricação. Dessa forma, nasceu o Projeto **SUA CASA COP30**, uma iniciativa alinhada aos princípios da sustentabilidade e inovação tecnológica no setor habitacional.

Figuras 17 e 18 – Projeto Sua Casa COP 30 e amostra de tijolos fabricados com caroços de açaí





Fonte: ASTEC/Cohab-PA, 2024.

5. CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO PARÁ (CONCIDADES/PA)

Figuras 19 e 20 – Cohab-PA na 23ª Reunião Ordinária do ConCidades/PA





Fonte: Agência Pará, 2024.

O ConCidades/PA é um órgão fiscalizador e deliberativo, permanente, integrante da estrutura do Governo do Pará, por meio da Secretaria de Estado das Cidades e Integração Regional (SECIR), e possui interface com o Ministério das Cidades, via Conselho Nacional das Cidades. Tem como finalidade fiscalizar, assessorar, estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento urbano com participação social, integrando políticas fundiárias, de habitação, saneamento básico-ambiental, trânsito, transporte e mobilidade urbana.

Em agosto de 2024, a Cohab-PA participou da **23ª Reunião Ordinária do Pleno** do ConCidades/PA. No evento, realizado no auditório da Caixa Econômica Federal em Belém, representantes de órgãos federais, estaduais, municipais e sociedade civil discutiram políticas públicas voltadas ao desenvolvimento das cidades paraenses.

No último dia do evento ocorreu a eleição e apresentação dos membros do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Habitação e Interesse Social (Fehis), que desempenha um papel estratégico para estabelecer diretrizes e definir critérios para a priorização das ações e a alocação de recursos destinados a implementar a política de habitação de interesse social.

A retomada do Fehis ocorreu no momento em que o Governo Federal concentra esforços para garantir maior aporte de investimentos para que os Estados façam operações de créditos voltadas para garantir habitação de interesse social, e a Cohab-PA atua no sentido de viabilizar novos conjuntos habitacionais, e garantir habitação de interesse social sustentável, assim como aumentar a oferta de habitação para os povos e comunidades tradicionais.

A **24ª Reunião Ordinária do ConCidades/PA** ocorreu, em formato híbrido, no mês de dezembro de 2024. O evento foi realizado presencialmente na Escola de Governança Pública do Estado (EGPA). A equipe técnica da Cohab-PA coordenou a Câmara Setorial de Habitação, apresentando os dados do Censo de 2022 sobre Favelas e Comunidades Urbanas – *Resultados do Universo*, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além disso, foram discutidos as necessidades e os instrumentos da política habitacional, bem como apresentados os resultados alcançados pela Companhia no período de 2019 a 2024.

Figuras 21 e 22 – Cohab-PA na 24ª Reunião Ordinária do Concidades/PA





Fonte: ASCOM/Cohab-PA, 2024.

6. PROGRAMA 1489 – DESENVOLVIMENTO URBANO, HABITAÇÃO, SANEAMENTO E MOBILIDADE

O desenvolvimento urbano é um processo que envolve a organização e o planejamento das cidades e áreas metropolitanas, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes e promover um crescimento sustentável. Esse processo abrange uma série de ações integradas, como a melhoria da infraestrutura urbana, os serviços essenciais de saneamento, a promoção da habitação, a criação de espaços públicos acessíveis, o desenvolvimento de sistemas de transporte eficientes e a implementação de políticas ambientais.

A implementação desses serviços requer do Governo do Estado uma integração eficaz das políticas de desenvolvimento urbano, com o intuito de promover a melhoria da infraestrutura urbana e garantir maior efetividade na função social da cidade. Para atingir esses objetivos, o Programa foi estruturado em três diretrizes principais: 1. Promover o acesso à moradia e melhorar as condições de habitabilidade, prioritariamente, a habitação de interesse Social; 2. Ampliar o acesso ao serviço público de saneamento; e 3. Disponibilizar o acesso aos serviços urbanos de mobilidade e ordenamento territorial.

A Cohab-PA atua neste Programa por meio de ações voltadas à execução da política pública de habitação de interesse social que atendam à demanda por moradia, especialmente para as populações de baixa renda, com acesso a condições adequadas de habitabilidade e a regularização de assentamentos informais.

A seguir são apresentadas a execução das ações, os investimentos realizados e os resultados alcançados.

6.1. OBJETIVO – PROMOVER O ACESSO À MORADIA E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE

6.1.1. AÇÃO 7643 – CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE UNIDADE HABITACIONAL – SUA CASA

O Programa SUA CASA, instituído em 2019, pela Lei nº 8.967/2019, tem como objetivo garantir o acesso à moradia digna para famílias de baixa renda, por meio da concessão de benefícios nas modalidades de construção, ampliação e/ou melhoria de unidades habitacionais.

Este é um programa de caráter social, no qual os benefícios oferecidos incluem o Auxílio Pecuniário, destinado ao pagamento de serviços, e o Crédito Outorgado do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), que pode ser utilizado para a aquisição de materiais de construção em fornecedores legalmente estabelecidos no Estado. Esses fornecedores, por sua vez, utilizam o crédito para quitar seus impostos junto à Secretaria Estadual da Fazenda (SEFA).

O Sua Casa atende, prioritariamente, famílias que vivem em situação de extrema pobreza; mulher chefe de família, ocorrências de sinistro (incêndios, enchentes, vendavais, desabamentos, etc.), idosos; famílias de pessoas com deficiência, pessoas portadoras de doenças amparadas por Lei, indígenas, quilombolas e, a partir de 2019, atende mulheres vítimas de violência, encaminhadas pela área da segurança pública.

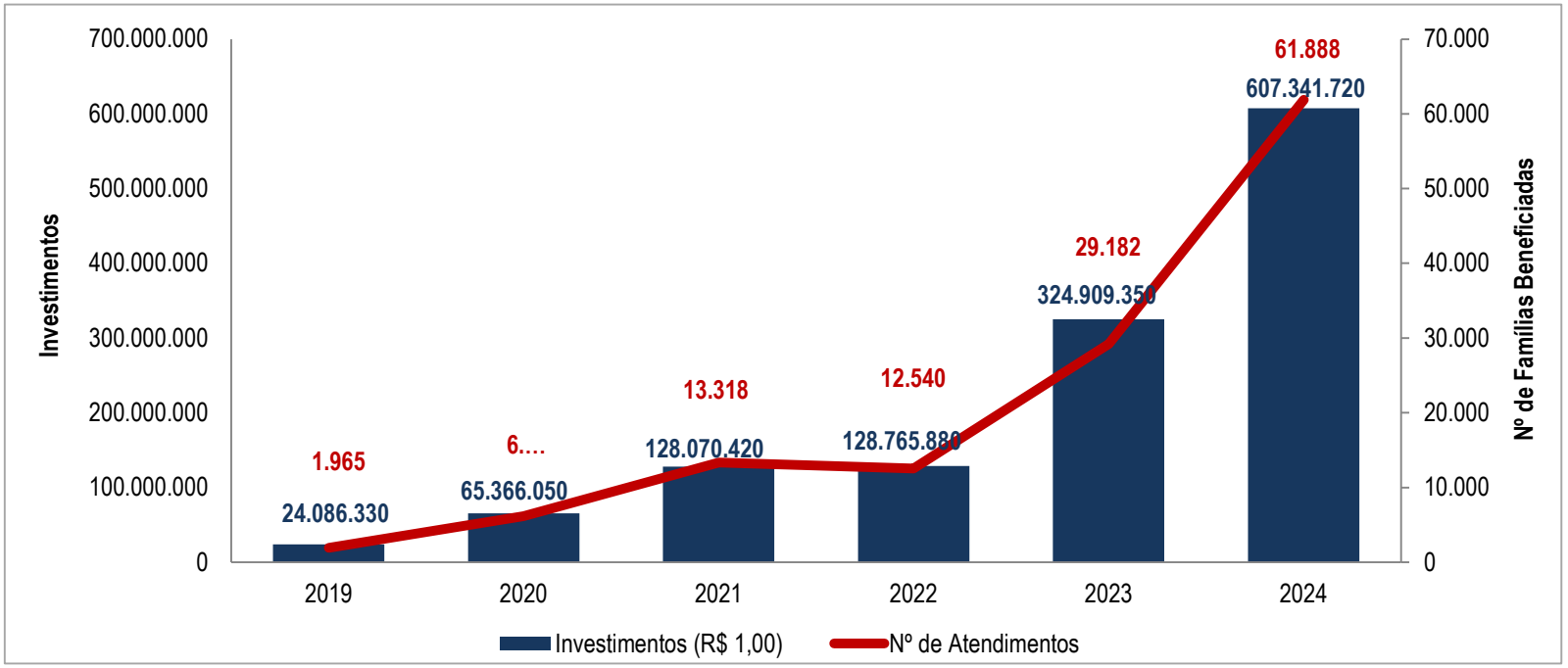
Figura 23 – Entrega do Programa Sua Casa, em Vigia/PA



Fonte: Agência Pará, 2024.

O gráfico a seguir apresenta os atendimentos no período 2019-2024, o qual evidencia a evolução dos recursos investidos pelo Governo do Estado com o Programa Sua Casa:

Gráfico 1 – Atendimentos do Programa Sua Casa, realizado físico e financeiro, 2019-2024



Nota: Número de atendimentos com 1ª Etapa. No total de recursos liberados está considerado 1ª e 2ª Etapas em Crédito Outorgado do ICMS e Auxílio Pecuniário.
Fonte: Sigplan, Sistema Sua Casa/Cohab-PA, 2024.

A Tabela 1 apresenta o total de atendimentos realizados em 2024 aos grupos prioritários:

Tabela 1 – Atendimentos do Programa Sua Casa aos Grupos Prioritários, 2024

Grupos Prioritários	Total de Atendimentos
Mulheres (de todos os grupos prioritários)	43.463
Mulheres chefes de família (mulher incluída em qualquer um dos grupos prioritários responsáveis pelo sustento da casa)	12.689
Idosos (60 anos ou mais)	5.727
Pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (PCD)	2.338
Sinistros	1.318
Povos originários	384
Ribeirinhos	447
Quilombolas	111

Nota: O total de mulheres atendidas inclui as mulheres chefes de família e mulheres de outros grupos prioritários. Os totais de atendimentos a PCD, sinistros, povos originários, ribeirinhos e quilombolas podem incluir mulheres e idosos.

Fonte: Sistema Sua Casa/Cohab-PA, 2024.

Figura 24 – Entrega do Programa Sua Casa, no município de Acará/PA



Fonte: Agência Pará, 2024.

Em 2024, o Programa dedicou atenção especial ao público feminino, com 70% dos atendimentos direcionados a mulheres. Foram atendidas 43.463 mulheres, das quais 12.689 são chefes de família, ou seja, aproximadamente 30% do total de mulheres atendidas se encontram nessa condição.

Neste exercício, foram atendidos 61.888 domicílios, nas 12 regiões de integração do Estado. Os recursos liberados com 1ª e 2ª Etapas totalizaram R$ 607,3 milhões, dos quais, R$ 569,3 milhões em crédito outorgado do ICMS e R$ 38 milhões em Auxílio Pecuniário para serviço e outras despesas.

Importante registrar que os valores concedidos a título de Auxílio Pecuniário em 2024 correspondem a R$ 94 milhões, de acordo com os registros do Sistema Sua Casa. No entanto, apenas R$ 38 milhões foram empenhados e liquidados até dezembro/2024, em decorrência do fechamento do exercício, ficando a diferença para a execução financeira no exercício de 2025.

Ressalta-se que os valores previstos para financiamento da Ação em Crédito Outorgado do ICMS, destinados à aquisição de material de construção, são previstos apenas no PPA, não constam no Orçamento Geral do Estado (OGE) por se tratar de renúncia fiscal.

As Tabelas 2 e 3apresentam, respectivamente, a execução física e financeira da Ação e o total de atendimentos por Região de Integração, em 2024:

Tabela 2 – Execução Física e Financeira do Programa Sua Casa, 2024

Ação	Produto	Execução Física 1ª Etapa			Execução Financeira 1ª e 2ª Etapas (Em R$ 1,00)					
		Meta			Crédito Outorgado			Outras Despesas Correntes		
		Prevista	Realizada	%	PPA Atualizado	Despesa Realizada	%	Dotação Atualizada	Despesa Realizada	%
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional – Sua Casa	Domicilio Atendido	24.998	61.888	247,57	140.000.000	569.304.400	406,65	38.562.050	38.037.320	98,64

Fonte: Adaptado de Sigplan, Sistema Sua Casa/Cohab-PA, 2024.

Tabela 3 – Atendimentos por Região de Integração do Programa Sua Casa, 2024

Região de Integração	Atendimentos de 1ª Etapa	Investimentos 1ª e 2ª Etapas (R$)		
		Crédito Outorgado ICMS	Auxílio Pecuniário	Total
Araguaia	4.291	43.089.100	3.234.393	46.323.493
Baixo Amazonas	1.934	18.080.000	3.597.496	21.677.496
Carajás	3.976	37.314.600	2.294.901	39.609.501
Guajará	22.036	194.726.700	10.759.972	205.486.672
Guamá	8.672	81.158.100	3.077.160	84.235.260
Logo de Tucuruí	1.285	13.811.200	1.627.888	15.439.088
Marajó	4.895	40.862.600	3.755.645	44.618.245
Rio Caeté	5.324	49.297.300	5.396.745	54.694.045
Rio Capim	3.622	34.892.700	2.524.892	37.417.592
Tapajós	4	791.700	578.823	1.370.523
Tocantins	4.423	41.117.100	1.020.544	42.137.644
Xingu	1.426	14.163.300	168.861	14.332.161
Total	**61.888**	**569.304.400**	**38.037.320**	**607.341.720**

Nota: A família recebe os recursos do Programa em duas etapas.

Fonte: Sigplan, Sistema Sua Casa/Cohab-PA, 2024.

6.1.2. AÇÃO 2298 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (ATHIS)

Figura 25 – Capacitação para técnicos do município de Acará/PA



Fonte: GEPOL/Cohab-PA, 2024.

A Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), formalizada pela Lei Federal nº 11.888/2008, estabelece o direito das famílias com renda mensal de até três salários mínimos ao apoio técnico público e gratuito para a elaboração do projeto e o acompanhamento da obra de construção, reforma ou ampliação de unidade habitacional, incluindo a regularização fundiária do imóvel.

A implantação da ATHIS exige um esforço coordenado entre o poder público, a sociedade civil e os profissionais envolvidos. Portanto, é fundamental que os municípios paraenses compreendam a importância e o alcance da assistência técnica na efetivação do direito à moradia adequada e, assim, possam atuar para a sua efetivação.

Nesse sentido, a Companhia promoveu três eventos de capacitação em ATHIS, de forma presencial, para equipes dos municípios de Acará (Região Tocantins), Tucuruí (Região Lago de Tucuruí) e Santana do Araguaia (Região Araguaia), totalizando 52 horas de carga horária, nas quais participaram 47, dentre equipe municipal e da Cohab-PA.

Adicionalmente, foram realizadas capacitações em outros temas com o objetivo de apoiar os municípios em diversas ações da Política Habitacional Local. Os conteúdos perpassaram pelo histórico da política habitacional brasileira, desde as lutas populares pelo Direito à Moradia e à Cidade, passando pelo avanço nas legislações e programas, conceitos em habitação, até a instituição do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

(SNHIS). Entender a moradia como direito constitucional e as políticas públicas em habitação como instrumentos de garantia desses direitos foi o foco das abordagens e discussões nesta Ação, levando os técnicos dos municípios a aguçar as percepções sobre as necessidades habitacionais, criar estratégias e métodos de atuação em suas localidades.

Em relação aos atendimentos em ATHIS programados no exercício 2024 para o município de Marituba, as atividades desenvolvidas envolveram o treinamento da equipe técnica e a definição de critérios para a seleção das famílias que serão beneficiadas no próximo exercício.

6.1.3. AÇÃO 8969 – CONCESSÃO DE BENEFÍCIO HABITACIONAL

6.1.3.1. PROJETO HABITACIONAL PARA SERVIDORES DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO

O Projeto Habitacional para Servidores da Segurança Pública do Estado foi criado pela Lei Estadual nº 9.198/2021, e regulamentado pelo Decreto nº 1.554/2021, com o objetivo de fomentar a aquisição, reforma, requalificação e construção de imóveis, para servidores integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS), a fim de garantir suporte de segurança relacionada à melhoria da condição de moradia.

Integram o projeto a Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (Seplad), a Secretaria de Estado de Segurança Pública (Segup-PA), o Banco do Estado do Pará (Banpará) e a Cohab-PA.

Em 2023, foi encaminhada à Procuradoria Geral do Estado (PGE) proposta de alteração, revogação e acréscimo das referidas legislações, a fim de tornar mais clara e transparente a execução das modalidades, além de propor reajuste do valor do benefício, passando o valor de R$10.000,00 para

R$ 20.000,00. A PGE, por sua vez, solicitou parecer da Comissão Gestora sobre as alterações propostas, sendo necessária a revisão nas solicitações de modificação.

Em 2024, a Comissão Gestora realizou os ajustes demandados. No entanto, a proposta não avançou para apreciação legislativa devido às medidas de racionalização da execução orçamentária estabelecidas pelo Governo do Estado, por meio do Decreto nº 4.025, alterado pelo Decreto nº 4.035, ambos de 04 de julho de 2024, conforme alegado pela PGE.

Diante desse contexto, as ações ficaram restritas aos ajustes técnicos e documentais internos, com vistas à retomada das discussões sobre as alterações legais no exercício de 2025. Assim, não houve a execução do Programa nem a concessão do benefício, uma vez que estas dependem de previsão orçamentária.

Figura 26 – Reunião com a Comissão Gestora do Projeto para Segurança Pública



Fonte: GEPOL/Cohab-PA, 2024.

6.1.3.2. CONCESSÃO E MONITORAMENTO DE AUXÍLIO MORADIA

Este benefício é destinado a famílias remanejadas por projetos em execução no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a servidores da segurança pública em situação de risco no local de residência. No exercício de 2024, foram beneficiadas 497 famílias, com um valor total concedido de R$ 2,2 milhões (Tabela 4).

Tabela 4 – Concessão de Auxílio Moradia, 2024

Projeto	Famílias Beneficiadas	Pagamentos Realizados (em R$1,00)
Acampamento	12	75.377
Perimetral	53	332.914
Segurança Pública	426	1.851.443
Pantanal	2	12.563
Pratinha	4	25.126
Total	**497**	**2.297.423**

Fonte: Sigplan, GETTS/Cohab-PA, 2024.

6.1.4. AÇÃO 7733 – REQUALIFICAÇÃO DOS CANAIS DA BACIA DO TUCUNDUBA

Ação executada pela Secretaria de Estado de Obras Públicas (SEOP), por meio da qual são realizados os destaques orçamentários para a Companhia efetivar o pagamento de **Auxílio Moradia a 1.062** famílias remanejadas das áreas de intervenção das obras da Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba e da área Curtume. Em 2024, os recursos concedidos somaram **R$ 6,6 milhões**.

6.1.5. AÇÃO 7642 – OFERTA DE UNIDADE HABITACIONAL

Nesta Ação estão alocados recursos para execução das obras dos Residenciais Liberdade I, II e III, localizados no Campus III da UFPA, no município de Belém. As unidades habitacionais dos 3 empreendimentos são destinadas à realocação de famílias que ocupavam as margens do Igarapé do Tucunduba e Avenida Perimetral e estão recebendo auxílio moradia.

Foram destinados recursos da União com contrapartida do Tesouro Estadual para a construção de 2.336 unidades habitacionais das quais 288 já foram concluídas e entregues aos beneficiários. As obras contemplam, além das unidades habitacionais, a execução de equipamentos urbanos (praças e áreas comunitárias) e infraestrutura urbana (pavimentação, rede de esgoto, estação de tratamento de esgoto, redes de água, drenagem e energia elétrica). Os recursos estão alocados da seguinte forma:

- **Na Unidade Gestora (UG) 67201 – Companhia de Habitação do Estado do Pará (Cohab-PA)**: recursos para a execução das obras do **Residencial Liberdade II**, com1.724 unidades habitacionais, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Programa Pró-Moradia.

- **Na Unidade Gestora (UG) 42101 – Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (Fehis):** recursos para a execução das obras dos **Residenciais Liberdade I e III**, com, respectivamente, 276 e 336 unidades habitacionais, com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).
  OBS: As informações referentes à execução orçamentária e financeira da UG Fehis não estão apresentadas neste Relatório.

Devido à ocupação irregular das unidades habitacionais não houve avanço físico e financeiro neste exercício (Tabela 5). As obras encontram-se paralisadas aguardando decisão judicial para a reintegração de posse e retomada das obras.

Tabela 5 – Execução Física e Financeira da Ação Oferta de Unidade Habitacional – UG Cohab-PA, 2024

Ação	Produto	Unidade Gestora	Empreendimento	Execução Física			Execução Financeira (em R$		
				Meta Prevista	Meta Realizada	%	Dotação Atualizada	Despesa Realizada	%
Oferta de Unidade Habitacional	Unidade Entregue	COHAB	Residencial Liberdade II	448	0	0,00	10.619.824	99.400(1)	1%

(1) Execução financeira referente ao pagamento de DEA.

Fonte: Sigplan, 2024.

Considerando que o produto desta Ação é “Unidade Entregue” o cumprimento da meta prevista ocorrerá somente após a reintegração de posse e desocupação dos empreendimentos, ocasião em que a Cohab-PA poderá iniciar a execução do remanescente das unidades habitacionais que, depois de concluídas, poderão ser entregues aos beneficiários.

6.1.6. AÇÃO 8185 – URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E SUBNORMAIS

Esta ação agrega projetos desenvolvidos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com recursos federais e contrapartida do Tesouro Estadual. Destina-se a realizar intervenções em espaços habitacionais marcados pela precariedade e informalidade onde as condições de moradia e infraestrutura são inadequadas ou insuficientes.

Em 2024, a Companhia deu continuidade às obras de infraestrutura urbana nos empreendimentos **Comunidade Pratinha (Belém)**, com a execução de remanescente de obras; e **Jardim Jáder Barbalho (Ananindeua**), com a conclusão da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). Ambos estão com procedimento licitatório em andamento, com previsão para conclusão em 2025.

No empreendimento **Comunidade Pantanal (Belém)** estão em execução os serviços remanescentes e complementares para conclusão do **Sistema de Captação e Reservação de Água**, pela SEOP, por meio do Termo de Cooperação Técnica nº 01/2022 celebrado com a Cohab-PA. Em 2024, o percentual de execução avançou para 99,11%.

Nos **Residenciais Riacho Doce I, II e III (Belém)**, a SEOP executa serviços referentes ao Sistema de Abastecimento de Água (SAA) – Projeto Hidromecânico – Poço 2 e Poço 3, com percentual de 41,17% de execução.

Nesta Ação não houve execução física e financeira neste exercício.

– PROJETO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL (PTTS)

No exercício de 2024, a Companhia deu continuidade às atividades dos Projetos de Trabalho Técnico Social (PTTS) nos residenciais Liberdade I, II e III, desenvolvendo diversas ações para assegurar um atendimento eficaz às famílias que aguardam a conclusão e entrega de suas unidades habitacionais.

Adicionalmente, foram implementadas iniciativas voltadas à gestão da concessão do Auxílio Moradia, beneficiando tanto as famílias que serão contempladas com as unidades habitacionais quanto servidores da Polícia Militar (PM) e da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Dentre as ações realizadas, destacam-se:

Figura 27 – Atendimento a beneficiários de Auxílio Moradia



Fonte: GETTS/Cohab-PA, 2024.

- **Estudos sociais** de situações específicas apresentadas pelos beneficiários do Auxílio Moradia, com vistas à solução de demandas individuais;
- **Atendimento presencial e remoto** de beneficiários interessados em obter informações sobre o andamento dos projetos;
- **Recadastramento de beneficiários**, com foco na atualização de dados cadastrais para garantir a efetividade dos cadastros;
- **Reuniões de planejamento e alinhamento**, realizadas com a Diretoria da Cohab-PA e a Secretaria de Estado de Obras Públicas (SEOP), visando à sistematização de informações e à tomada de decisões estratégicas sobre os projetos;
- **Encontros com parceiros institucionais**, incluindo a Caixa Econômica Federal (CAIXA) e a Procuradoria Geral do Estado (PGE), para tratar de aspectos técnicos e jurídicos dos projetos;

- **Reuniões com órgãos de segurança pública**, como a Polícia Militar, a Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) e o Comando de Missões Especiais da Polícia Militar (CME-PM), para discutir questões relativas ao Auxílio Moradia concedido a servidores dessas instituições.

Uma das principais ações realizadas pela equipe social foi a "**Operação Conjunto Liberdade – Ação de Citação**". O referido empreendimento está em processo de reintegração de posse em favor da Cohab-PA (Processo nº 0006357-82.2012.8.14.03010). Para a retomada da posse, a Companhia deve cumprir as diretrizes estabelecidas no "Plano Estratégico de Desocupação do Residencial Liberdade", incluindo, de forma essencial, as seguintes medidas:

Cadastramento das famílias; concessão de auxílio moradia ou equivalente, pelo período mínimo de 6 meses, a contar da desocupação do imóvel; apoio no transporte de pertences dos ocupantes e garantia de transferência de matrículas escolares para instituições de ensino nos bairros indicados pelos ocupantes.

Figura 28 – Equipe da Cohab-PA e da PM na operação realizada no Residencial Liberdade



Fonte: GEGOB/Cohab-PA, 2024.

A equipe técnica social conduziu a atualização cadastral dos ocupantes. Das 282 unidades habitacionais localizadas nas Quadras 6 e 7, 49 estavam fechadas, possibilitando o cadastramento de 233 ocupantes. As demais medidas serão executadas durante o processo de desocupação dos imóveis.

Com base no levantamento realizado, a equipe técnica social elaborou um Plano de Ação para atender os ocupantes. Apenas, 47 pessoas compareceram voluntariamente à Companhia em busca de informações sobre a decisão judicial. No entanto, até o encerramento do exercício, a desocupação das unidades habitacionais ainda não havia ocorrido.



É importante destacar que o **Trabalho Técnico Social** desenvolvido pela equipe social da Cohab-PA nos empreendimentos Comunidade Riacho Doce em Belém, **foi reconhecido com uma premiação concedida pela Associação Brasileira de Cohab's e Agentes Públicos de Habitação (ABC)**.

O Projeto intitulado "**Comunidade Riacho Doce**" se enquadrou na categoria "**Trabalho Social – Soluções que visem a sustentabilidade em conjuntos habitacionais, que contribuam para a geração de emprego e renda e que promovam maior integração entre os beneficiários de um projeto de Habitação de Interesse Social**".

As ações realizadas nessa comunidade abrangeram desde a implantação de infraestrutura urbana, a estruturação do sistema viário, e a execução de obras de construção e melhorias habitacionais, até a regularização fundiária. Todas essas intervenções foram acompanhadas pelo Trabalho Técnico Social da Companhia, cujo objetivo foi promover a melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas. O trabalho social incluiu a organização comunitária, a realização de atividades de educação sanitária e ambiental, o fortalecimento da gestão comunitária e a implementação de iniciativas para facilitar o acesso ao trabalho e à geração de renda pelas famílias atendidas.

O Selo do Mérito é uma premiação destinada a reconhecer e divulgar projetos habitacionais de destaque desenvolvidos pelos associados da ABC. Esses projetos devem estar alinhados à Habitação de Interesse Social e ao enfrentamento de problemas históricos relacionados à irregularidade fundiária e ao risco habitacional.

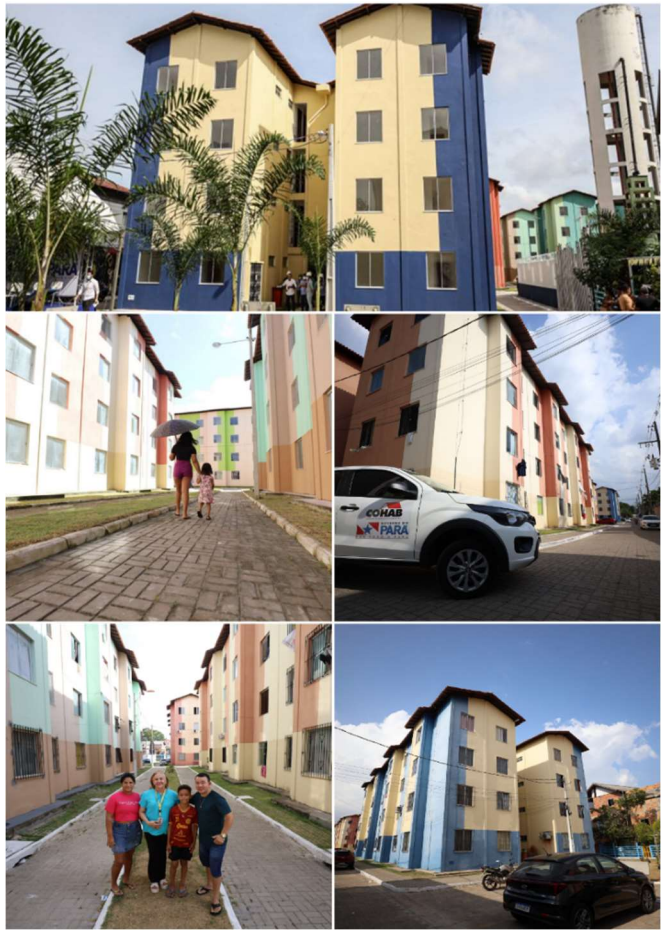
A conquista do prêmio reforça o compromisso da Cohab-PA com a excelência na implementação de políticas habitacionais e com a promoção de iniciativas que transformem a realidade das comunidades atendidas.

Figura 29 – Riacho Doce, ANTES da intervenção



Fonte: GEPRO/Cohab-PA, 2024.

Figura 30 – Riacho Doce, DEPOIS da intervenção



Fonte: Agência Pará, 2024.

6.1.7. AÇÃO 8186 – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA

Figura 31 – Entrega de Título de Imóvel em Castanhal/PA



Fonte: Agência Pará, 2024.

Esta Ação tem o objetivo de regularizar imóveis localizados em ocupações irregulares consolidadas em áreas urbanas, seguindo diretrizes da Lei Federal nº 13.465/2017, que trata da Regularização Fundiária Urbana (REURB), definido como o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes.

A Cohab-PA executa atividades para regularização de imóveis nos projetos de urbanização integrada, desenvolvidos pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nos municípios de Ananindeua, Belém e Castanhal, bem como em núcleos urbanos informais, nos municípios de Acará, Marabá, Marituba, Redenção, Santarém e Tucuruí.

No exercício de 2024, houve a seleção de 4 propostas apresentadas pela Companhia no Programa PAC Seleções – Eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes, Subeixo Regularização Fundiária, conforme portaria do Ministério das Cidades nº 450/2024, de 07/05/2024, com os bairros Mirizal e São João (Marituba), Residencial Canarinho (Belém) e Jardim dos Mutuns (Castanhal).

A Cohab-PA deu continuidade aos projetos de Regularização Fundiária iniciados em anos anteriores, conseguindo realizar em 2024:

- Entrega de 48 matrículas individualizadas do projeto bairro Pimental no município de Tucuruí. Aguarda-se o cartório emitir mais 213;
- Emissão de 292 matrículas individualizadas do projeto São José, no município de Redenção. Aguarda-se a emissão de mais 695 dos setores São José, Serrinha e Bela Vista;
- Emissão de 272 matrículas individualizadas do bairro Jaderlândia, no município de Castanhal e, ainda, aguarda-se o cartório emitir mais 272, previstas para serem entregues em 2025.

Os projetos descritos a seguir são o foco de atuação da Cohab/PA, no sentido de cumprir a função social da cidade e da propriedade e garantir a acessibilidade à terra legal e urbanizada para famílias de baixa renda, como uma das soluções para o efetivo ordenamento territorial das cidades.

Figura 32 – Entrega de Título de Imóvel em Redenção/PA



Fonte: Agência Pará, 2024.

6.1.7.1. PROJETOS INCLUÍDOS EM NÚCLEOS URBANOS QUE INTEGRAM O PAC

a) Fé em Deus (Belém): o projeto está na etapa final de regularização dos imóveis. Já foram entregues 577 Termos de Cessão de Posse registrados em cartório e a Companhia vem tratando com o Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis de Belém para os procedimentos de registro de mais 192 Termos de Cessão de Posse deferidos aos beneficiários.

b) Pantanal (Belém): finalizada a tabela de Cartório com mais de 1.000 registros para envio ao 2º Cartório de Registro de Imóveis e aguardando o setor jurídico equacionar os questionamentos referentes à dominialidade da área feitos pelo Cartório.

c) Pratinha (Belém): foi encaminhado em 2023 o projeto de regularização fundiária à Prefeitura Municipal de Belém (PMB) para aprovação. Após essa etapa a documentação será enviada à Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM) para emissão de Certidão de Regularização Fundiária (CRF) e posteriormente ao Cartório para início dos registros.

d) Taboquinha (Belém): o projeto está sendo executado em parceria com a PMB através da CODEM que está executando atividades de campo na poligonal do projeto. Já foram protocolados documentos no Cartório para início dos registros.

e) Jardim Jader Barbalho (Ananindeua): foram executadas as ações de campo, destacando-se a conclusão das etapas de levantamento topográfico planimétrico e planimétrico cadastral dos lotes, totalizando uma área de 628.393,74m^2 e a realização do cadastro social e coletas de documentos das famílias alcançando, até o momento, aproximadamente, 50% dos imóveis do assentamento. Aguarda-se a conclusão do procedimento licitatório para execução da topografia e elaboração das peças técnicas individualizadas.

f) Jaderlândia (Castanhal): foram entregues 1.884 matrículas individualizadas em nome dos beneficiários. A equipe continua trabalhando nos últimos setores e famílias remanescentes que não conseguiram apresentar toda documentação anteriormente.

Figuras 33 e 34 – Entrega das matrículas Individualizadas aos ocupantes do Núcleo Urbano Jaderlândia, em Castanhal/PA





Fonte: GEREG/Cohab-PA, 2024.

g) Residencial Liberdade I, II e III (Belém): previsão de atendimento a 2.336 famílias. Entretanto, devido a ocupação irregular durante a construção das unidades habitacionais, a Companhia conseguiu entregar aos beneficiários somente 288 unidades habitacionais. Dessa forma, nesse primeiro momento, esse número está sendo alvo das ações de regularização. Até o momento foi realizado o cadastro social e coleta de documentos dos ocupantes dessas unidades entregues.

6.1.7.2. PROJETOS EM EXECUÇÃO COM RECURSOS ESTADUAIS

a) Almir Gabriel (Marituba): foram realizadas diversas atividades na área, como o Levantamento topográfico planimétrico, e planimétrico cadastral, totalizando área de 448.000,00m² (a produção de peças técnicas encontra-se em andamento), além do cadastro social, alcançando, aproximadamente, 75% dos moradores do assentamento. A Companhia está trabalhando na licitação para contratação de empresa especializada, a fim de executar as ações remanescentes;

b) Ponta Negra e Matinha (Santarém): este projeto prevê o atendimento de aproximadamente 500 famílias nos dois núcleos urbanos. Em 2024, a equipe trabalhou na análise e ajustes no levantamento topográfico;

c) Liberdade (Marabá): foram realizadas diversas atividades na área como o levantamento topográfico planimétrico, planimétrico cadastral, e o cadastro físico individualizado dos setores 1 e 2 onde foram entregues 443 matrículas individualizadas em cartório dos setores 1 e 2. Aguarda-se a conclusão do procedimento licitatório para execução da topografia e elaboração das peças técnicas individualizadas dos setores 3, 4 e 5.

d) Cohab-Pimental (Tucuruí):em fevereiro de 2024, foi celebrado o Termo de Cooperação com a Prefeitura Municipal de Tucuruí, marcando o início das ações de campo, como o levantamento topográfico e o cadastro social. Além disso, foi realizada a primeira reunião com os moradores do bairro. Até o momento, já foram entregues 48 certidões. A equipe aguarda a emissão de mais 213 certidões pelo cartório.

e) São José, Bela Vista e Serrinha (Redenção): foram entregues 1.433 matrículas individualizadas em cartório. A Companhia continua executando as ações do núcleo urbano São José e remanescente dos demais setores. Em 2024, foram emitidas 292 certidões;

f) São Judas Tadeu (Acará): Aguardando o envio do levantamento topográfico pela Prefeitura para a equipe da Cohab-PA fazer o plano de alinhamento e planta de área regularizável.

Figuras 35 a 37 – Assinatura do Termo de Cooperação Técnica para Ações de Regularização Fundiária, em Tucuruí/PA





Fonte: GEREG/Cohab-PA, 2024.

Figura 38 – Capacitação com a equipe de cadastradores, em Tucuruí/PA



Fonte: GEREG/Cohab-PA, 2024.

Figura 39 – Treinamento em campo



Fonte: GEREG/Cohab-PA, 2024.

Figura 40 – 1ª Reunião de orientação aos moradores do bairro Cohab Pimentel



Fonte: GEREG/Cohab-PA, 2024.

As Tabelas 6 e 7apresentam o total de imóveis regularizados, por região de integração/município e a execução financeira em 2024.

Tabela 6 – Imóveis Regularizados, 2024

Projeto	Região de Integração	Município	Total de Títulos Registrados
Cohab – Pimentel	Lago de Tucuruí	Tucuruí	48
São José	Araguaia	Redenção	292
Jaderlândia	Guamá	Castanhal	272
	Total		**612**

Fonte: Sigplan, GETTS/Cohab-PA, 2024.

Tabela 7– Execução Física e Financeira da Ação, em 2024

Ação	Produto	Projeto	Execução Física			Execução Financeira (Em R$		
			Meta Prevista	Meta Realizada	%	Dotação Atualizada	Despesa Realizada	%
Regularização Fundiária Urbana	Imóvel Regularizado	Pimental, São José e Jaderlândia	765	612	80,00	968.520	461.300	47,63

Fonte: Adaptado de Sigplan, 2024.

Em 2024, foram regularizados 612 imóveis, alcançando 80% da meta física estabelecida. Destaca-se que, desse total, 241 imóveis, correspondentes a cerca de 40%, foram registrados em nome de mulheres. Essa iniciativa reforça o compromisso da Companhia em promover a inclusão desse público, contribuindo diretamente para o cumprimento da meta 5.a do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5, da Agenda 2030.

6.1.7.3. PROGRAMA PERIFERIA VIVA

Ainda em 2023, o Governo Federal, por meio do Ministério das Cidades, abriu seleção para o Programa Novo PAC, possibilitando que o Governo do Estado apresentasse diversas propostas em diferentes modalidades de atendimento. Os recursos destinados abrangem áreas como infraestrutura, saneamento, mobilidade urbana e regularização fundiária, entre outras.

No âmbito do Programa Periferia Viva, na Modalidade Regularização Fundiária Urbana, foram aprovadas 4 propostas submetidas pela Cohab-PA.

Já no exercício de 2024, após a aprovação dessas propostas, foram formalizados e publicados os Termos de Compromisso no âmbito do Programa Novo PAC. Esses termos foram firmados entre a União, por meio da mandatária CAIXA, e o Governo do Estado do Pará, especificamente na modalidade de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-S). Nessa etapa, a Companhia atuou como proponente das ações, submetendo, por meio da Plataforma TransfereGov, áreas localizadas na Região de Integração Guajará, nos municípios de Belém, Castanhal e Marituba.

Os Termos de Compromisso, com vigência de 24 meses, somam um total de repasse de recursos do Governo Federal e contrapartida do Governo Estadual, na ordem de R$ 7,2 milhões (Tabela 8).

Tabela 8 – Áreas de Intervenção do Programa Periferia Viva

Área de Intervenção	Município	Nº de Famílias	Valor Global (R$1,00)
Bairro Mirizal	Marituba	1.000	1.406.070
Bairro São João	Marituba	2.000	2.761.140
Jardim dos Mutuns	Castanhal	600	1.393.340
Canarinho	Belém	800	1.727.453
Total		**4.400**	**7.288.003**

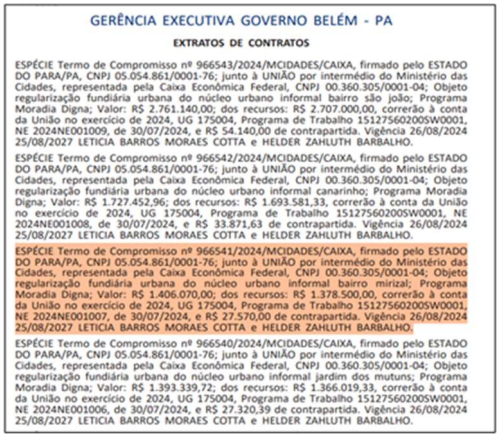
Fonte: GEREG/Cohab-PA, 2024.

Figuras 41 – Reunião de alinhamento. Técnicos da Prefeitura de Marituba e da Cohab-PA



Fonte: GEREG/Cohab-PA, 2024.

Figuras 42 – Publicação de Termo de Compromisso firmado com a União



GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO BELÉM - PA

EXTRATOS DE CONTRATOS

ESPÉCIE Termo de Compromisso nº 966543/2024/MCIDADES/CAIXA, firmado pelo ESTADO DO PARA/PA, CNPJ 05.054.861/0001-76; junto à UNIÃO por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto regularização fundiária urbana do núcleo urbano informal bairro são joão; Programa Moradia Digna; Valor: R$ 2.761.140,00; dos recursos: R$ 2.707.000,00, correrão à conta da União no exercício de 2024, UG 175004, Programa de Trabalho 15127560200SW0001, NE 2024NE001009, de 30/07/2024, e R$ 54.140,00 de contrapartida. Vigência 26/08/2024 25/08/2027 LETICIA BARROS MORAES COTTA e HELDER ZAHLUTH BARBALHO.

ESPÉCIE Termo de Compromisso nº 966542/2024/MCIDADES/CAIXA, firmado pelo ESTADO DO PARA/PA, CNPJ 05.054.861/0001-76; junto à UNIÃO por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto regularização fundiária urbana do núcleo urbano informal canarinho; Programa Moradia Digna; Valor: R$ 1.727.452,96; dos recursos: R$ 1.693.581,33, correrão à conta da União no exercício de 2024, UG 175004, Programa de Trabalho 15127560200SW0001, NE 2024NE001008, de 30/07/2024, e R$ 33.871,63 de contrapartida. Vigência 26/08/2024 25/08/2027 LETICIA BARROS MORAES COTTA e HELDER ZAHLUTH BARBALHO.

ESPÉCIE Termo de Compromisso nº 966541/2024/MCIDADES/CAIXA, firmado pelo ESTADO DO PARA/PA, CNPJ 05.054.861/0001-76; junto à UNIÃO por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto regularização fundiária urbana do núcleo urbano informal bairro mirizal; Programa Moradia Digna; Valor: R$ 1.406.070,00; dos recursos: R$ 1.378.500,00, correrão à conta da União no exercício de 2024, UG 175004, Programa de Trabalho 15127560200SW0001, NE 2024NE001007, de 30/07/2024, e R$ 27.570,00 de contrapartida. Vigência 26/08/2024 25/08/2027 LETICIA BARROS MORAES COTTA e HELDER ZAHLUTH BARBALHO.

ESPÉCIE Termo de Compromisso nº 966540/2024/MCIDADES/CAIXA, firmado pelo ESTADO DO PARA/PA, CNPJ 05.054.861/0001-76; junto à UNIÃO por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto regularização fundiária urbana do núcleo urbano informal jardim dos muturis; Programa Moradia Digna; Valor: R$ 1.393.339,72; dos recursos: R$ 1.366.019,33, correrão à conta da União no exercício de 2024, UG 175004, Programa de Trabalho 15127560200SW0001, NE 2024NE001006, de 30/07/2024, e R$ 27.320,39 de contrapartida. Vigência 26/08/2024 25/08/2027 LETICIA BARROS MORAES COTTA e HELDER ZAHLUTH BARBALHO.

Fonte: Diário Oficial da União, 2024.

Outra importante iniciativa da Companhia que recebeu o Selo de Mérito 2024 — premiação concedida pela Associação Brasileira de Cohab's e Agentes Públicos de Habitação (ABC) — foi o projeto **"REURB-S Jaderlândia"**. Esse projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social se destacou na categoria **"Regularização Fundiária e Edilícia"**.

O principal objetivo do projeto é garantir o direito à moradia por meio da regularização fundiária de lotes urbanos, promovendo o ordenamento territorial e proporcionando condições dignas de habitabilidade às famílias de baixa renda, integrando essa população à cidade formal.

Antes das ações do projeto, a área de intervenção, localizada no município de Castanhal, apresentava uma grande carência de infraestrutura urbana. Além disso, muitas habitações não possuíam condições mínimas de habitabilidade. Diante desse cenário, a área foi contemplada com obras de infraestrutura urbana, habitação e regularização fundiária por meio do PAC.

Atualmente, todas as obras de infraestrutura foram concluídas, e a regularização fundiária encontra-se em fase final nos últimos setores.

A área já está devidamente registrada em nome do Estado do Pará, sob a matrícula imobiliária nº 13.488 Livro 2- AT, às fls. 289, do 1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis da Comarca de Castanhal. Esse registro é resultado de um processo de arrecadação sumária e do Auto de Demarcação expedido pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA).

Figura 43 – Beneficiárias do Projeto REURB-S Jaderlândia



Fonte: GEREG/Cohab-PA, 2024.

7. PROGRAMA 1297 – MANUTENÇÃO DA GESTÃO

O Programa Manutenção da Gestão tem como principal objetivo garantir o funcionamento contínuo e eficiente da administração pública, viabilizando as atividades essenciais para a execução das políticas e programas governamentais. Ele engloba despesas relacionadas à gestão administrativa, incluindo custeio, manutenção de estruturas organizacionais, recursos humanos, tecnologia da informação e demais suportes necessários para assegurar a qualidade e a eficiência na prestação dos serviços públicos. Neste Programa, a Cohab-PA tem 5 ações programadas, cuja execução no exercício 2024 apresentamos a seguir:

7.1. OBJETIVO – VIABILIZAR A GESTÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO

7.1.1. AÇÃO 4668 – ABASTECIMENTO DE UNIDADES MÓVEIS DO ESTADO

Em 2024, a Companhia utilizou uma frota de 14 veículos locados. O custo com abastecimento dessa frota foi de R$ 284,5mil (Tabela 9).

Tabela 9 – Execução Física e Financeira da Ação em 2024

Ação	Produto	Execução Física			Execução Financeira (Em R$ 1,00)		
		Meta Prevista	Meta Realizada	%	Dotação Atualizada	Despesa Realizada	%
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	Unidade Abastecida	24	14	87,50	354.020	284.580	80,39

Fonte: Sigplan, GELOG/Cohab-PA, 2024.

7.1.2. AÇÃO 8311 – CONCESSÃO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

Conforme estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho, a Companhia concede o benefício de Auxílio-Alimentação aos seus empregados. Em 2024, foram destinados R$ 3,29 milhões para esse benefício, atendendo a uma média mensal de 221 servidores. O montante executado correspondeu a 99,52% da dotação orçamentária atualizada (Tabela 10).

Tabela 10 – Execução Física e Financeira da Ação em 2024

Ação	Produto	Execução Física			Execução Financeira (Em R$ 1,00)		
		Meta Prevista	Meta Realizada	%	Dotação Atualizada	Despesa Realizada	%
Concessão de Auxílio Alimentação	Servidor Beneficiado	230	221	96,28	3.207.230	3.291.480	99,52

Fonte: Sigplan, GEGEP/Cohab-PA,2024.

7.1.3. AÇÃO 8312 – CONCESSÃO DE AUXÍLIO TRANSPORTE

A ação tem como objetivo principal viabilizar a locomoção de empregados, aprendizes e estagiários no trajeto entre suas residências e o local de trabalho, garantindo acessibilidade e apoio ao deslocamento. Em 2024, a despesa realizada com esse benefício foi de R$ 51,17 mil, atendendo a uma média mensal de 47 beneficiários (Tabela 11).

Tabela 11 – Execução Física e Financeira da Ação em 2024

Ação	Produto	Execução Física			Execução Financeira (Em R$ 1,00)		
		Meta Prevista	Meta Realizada	%	Dotação Atualizada	Despesa Realizada	%
Concessão de Auxílio Transporte	Servidor Beneficiado	55	47	84,63	90.450	51.170	56,57

Fonte: Sigplan, GEGEP/Cohab-PA,2024.

7.1.4. AÇÃO 8338 – OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS

Esta ação abrange as despesas relacionadas à manutenção e ao funcionamento da Companhia, incluindo serviços de telefonia, energia elétrica, água, passagens, locação de veículos, entre outros. Em 2024, todos os 30 contratos previstos foram mantidos, totalizando uma despesa de R$ 7 milhões, o que representa 77,54% da dotação orçamentária atualizada (Tabela 12).

Tabela 12 – Execução Física e Financeira da Ação em 2024

Ação	Produto	Execução Física			Execução Financeira (Em R$ 1,00)		
		Meta Prevista	Meta Realizada	%	Dotação Atualizada	Despesa Realizada	%
Operacionalização das Ações Administrativas	Contrato Mantido	30	30	100	9.051.180	7.018.570	77,54

Fonte: Sigplan, GELOG/Cohab-PA, 2024.

7.1.5. AÇÃO 8339 – OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE RECURSOS HUMANOS

A remuneração do quadro de pessoal é composta com base nas negociações do Acordo Coletivo de Trabalho, no Tempo de Serviço (Quinquênio) e na meritocracia, por meio do Sistema de Avaliação de Desempenho por Competências. Esse sistema permite a concessão de progressões salariais por mérito a cada dois anos, com acréscimo de 5,8% ao salário-base dos empregados efetivos. Em 2024, 65 empregados participaram do processo de avaliação de desempenho.

Além disso, a remuneração inclui benefícios como: Auxílio-Alimentação, Auxílio-Educação, Auxílio-Creche, Auxílio para Dependentes com Necessidades Especiais e Auxílio-Enfermidade.

No exercício de 2024, a **despesa total com pessoal alcançou R$ 37,27 milhões**, correspondendo a 93,51% da dotação orçamentária atualizada. Esse montante foi destinado ao custeio de salários, incentivos, benefícios e encargos da folha de pagamento (Tabela 13).

Tabela 13 – Execução Física e Financeira da Ação em 2024

Ação	Produto	Execução Física			Execução Financeira (Em R$ 1,00)		
		Meta Prevista	Meta Realizada	%	Dotação Atualizada	Despesa Realizada	%
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	Servidor Remunerado	300	263	87,79	39.861.750	37.275.380	93,51

Fonte: Sigplan, GEGEP/Cohab/PA,2024.

No exercício de 2024, a Companhia contou com um total de **282 colaboradores**, distribuídos em diversas categorias de vínculos (Tabela 14).

Tabela 14 – Quantitativo de Pessoal, 2024

Quadro de Pessoal	Quantidade
– Efetivo	160
Ativo	135
Cedido para outro órgão com ônus	00
Cedido para outro órgão sem ônus	12
Afastados licença e/ou enfermidade	07
Licença sem remuneração	06
– Cargos exclusivamente comissionado	73
– Efetivo cedido de outro órgão, ocupando função comissionada	02
– Cedido/Lotado de outros órgãos	06
– Conselheiros (*)	05
– Presidente	01
– Diretores	04
– Estagiários	17
– Aprendizes	14
– Excluídas as acumulações*	-03
Total	**282**

Fonte: GEGEP/Cohab-PA, 2024.

8. PROGRAMA 1508 – GOVERNANÇA PÚBLICA

O Programa de Governança Pública constitui uma iniciativa transversal abrangendo todos os órgãos, com o propósito de estabelecer um conjunto de mecanismos para garantir a tomada de decisões eficaz, transparente e alinhada ao interesse coletivo. Envolve o fortalecimento da transparência das ações de governo e a valorização do servidor público, alinhando-se ao compromisso com a ética e a eficiência administrativa. A Cohab-PA contribui para o alcance dos 3 objetivos deste Programa, por meio da execução de 3 ações, cuja execução é detalhada a seguir:

8.1. OBJETIVO – APRIMORAR O DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

8.1.1. AÇÃO 8887 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS

No exercício de 2024, foram viabilizados 25 eventos destinados à capacitação, desenvolvimento e valorização dos empregados, com 300 horas de carga horária, nos quais participaram 74 empregados. Os eventos foram *online* e presencial com o objetivo de propiciar aos empregados habilidades e competências técnicas e comportamentais, debater, trocar experiências e aprendizados.

Para ampliar o acesso a novas fontes de recursos e aprimorar a estruturação de projetos de Habitação de Interesse Social (HIS), 11 funcionários da Companhia participaram do curso "**Noções sobre o Orçamento Federal, Elaboração de Propostas de Emendas Parlamentares e Convênios**", oferecido pela ABC. O curso teve como objetivo capacitar os gestores públicos, atualizando-os sobre as oportunidades de participação na elaboração dos orçamentos públicos por meio da apresentação de propostas de emendas aos parlamentares.

Com o objetivo de capacitar usuários para o acompanhamento das ações do Novo PAC, especialmente no âmbito das propostas de Regularização Fundiária Urbana, 2 técnicos da Companhia participaram da primeira **capacitação presencial para operação da Plataforma TransfereGov**. O curso, intitulado **"TransfereGov.br"**, foi oferecido pela Escola de Governança Pública do Estado do Pará (EGPA), teve carga horária de 20 horas.

A equipe da Companhia foi indicada pela Rede de Parcerias do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) — da qual o Estado do Pará participa por meio da Seplad — para participar do **"Curso de Formação de Multiplicadores do TransfereGov.br – Transferências Voluntárias: Módulo A – Atos Preparatórios e Execução"**.

Para habilitação no curso, foi necessária a aprovação prévia na **Trilha de Ensino**, composta por cinco cursos preparatórios na modalidade de Ensino a Distância (EAD), ofertados pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), com carga horária total de 100 horas:

- Transferências da União – Visão Geral
- Transferências Discricionárias da União – Atos Preparatórios
- Básico em Orçamento Público
- Nova Lei de Licitações – Planejamento e Governança
- Cadastro de Entes, Instituições e Usuários

Após cumprir os requisitos exigidos, a equipe participou da capacitação telepresencial ministrada pelo MGI. O curso teve carga horária de 20 horas e qualificou três empregados da Companhia para operar o TransfereGov.

MENTORIA ANDUS E MINISTÉRIO DAS CIDADES: Em janeiro, a Prefeitura de Belém e a Companhia de Desenvolvimento da Área Metropolitana (CODEM) promoveram um evento voltado ao **Desenvolvimento Urbano Sustentável**, com foco na **Regularização Fundiária Urbana**. A iniciativa teve como objetivo sensibilizar e capacitar gestores e técnicos da administração pública local, destacando a relação entre os desafios urbanos do dia a dia e as grandes transformações globais, além de apresentar soluções inovadoras para planejamento, gestão e governança.

Figuras 44 – Oficina Mentoria ANDUS, realizada na CODEM



Fonte: GEPOL/Cohab-PA, 2024.

Durante o evento, os técnicos da CODEM e da Cohab-PA participaram de oficinas e debates, além de terem acesso a conhecimentos e ferramentas voltadas à aplicação prática das inovações discutidas. A capacitação contribuiu para o aprimoramento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento urbano sustentável no Brasil.

O **Projeto ANDUS** é uma iniciativa de apoio à Agência Nacional de Desenvolvimento Urbano, resultado de uma cooperação técnica executada pelo **Ministério das Cidades** e pelo **Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)**, em parceria com o **Ministério Federal da Economia e Ação Climática (BMWK) da Alemanha**. O projeto é implementado pela **Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH** e integra a **Iniciativa Internacional para o Clima (IKI)**, que financia projetos de clima e biodiversidade em países em desenvolvimento e emergentes.

CARAVANA FEDERATIVA PARÁ: A 11ª edição da Caravana Federativa ocorreu nos dias 4 e 5 de julho de 2024, no Hangar Centro de Convenções e Feiras da Amazônia, em Belém. O evento reuniu gestores públicos, lideranças empresariais e sociais, **com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento regional e fortalecer a cooperação entre os entes federativos**.

Organizada pelo Governo Federal, a Caravana teve como principais objetivos:

- Levar atendimento, informação e cooperação aos entes federados;
- Democratizar o acesso a programas e serviços essenciais;
- Aproximar representantes de órgãos federais de gestores municipais e estaduais;
- Facilitar a adesão das prefeituras aos programas oferecidos pelo Governo Federal.

O evento contou com a participação do Serpro, 35 ministérios, 6 autarquias e 3 bancos, reforçando o compromisso com a descentralização de informações e a promoção do diálogo entre os diversos níveis de governo.

Figuras 45 – Seminário realizado na UFPA



Fonte: GEPOL/Cohab-PA, 2024.

III SEMINÁRIO HABITAÇÃO NA AMAZÔNIA / II SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL E HABITAÇÃO: A Cohab-PA participou do III Seminário Habitação na Amazônia e II Seminário Nacional Serviço Social e Habitação, sediado pela Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS). O evento contou com a participação de representantes de diversas instituições e consolidou-se como um importante espaço para a discussão sobre a complexa questão da habitação na região amazônica.

O tema central do evento foi a "**Crise do Capital, Políticas Públicas e Resistências do Trabalho Social**", o seminário proporcionou um aprofundado debate sobre as dinâmicas socioespaciais que moldam a produção do espaço urbano na Amazônia, com destaque para as desigualdades sociais e as vulnerabilidades habitacionais. A pesquisa sobre o tema, fundamental para a compreensão das especificidades regionais e para a formulação de políticas públicas mais justas e equitativas, foi um dos eixos centrais das discussões. O evento contou com vasta programação, destacando-se a Mesa 1, mediada por Profª. Drª. Rosângela Paz (PUC-SP) e Prof. Dr. Kazuo Nakano (UNIFESP): **Desigualdade e diversidade urbana e habitacional: o que foi incorporado da questão habitacional regional na recente política urbana e habitacional no Brasil?**

A **SEMANA DA PESSOA IDOSA,** promovida pelo Conselho Estadual da Pessoa Idosa (CEDPI), vinculado à SEASTER, ocorreu de 29 de setembro a 1º de outubro de 2024, no Shopping Pátio Belém. Durante o evento, a Cohab-PA participou ativamente, prestando orientações e encaminhamentos ao público sobre programas habitacionais, com destaque para o Programa Estadual Sua Casa e o Programa Federal Minha Casa, Minha Vida. A iniciativa reforçou o compromisso com a promoção da inclusão e do acesso à moradia digna para a população idosa.

PROJETOS PALLAS E CARPINTEIROS DA AMAZÔNIA: com o objetivo de conhecer projetos em execução na região insular do Pará e fomentar iniciativas voltadas à **habitação ribeirinha**, a Companhia articulou, junto à **Guá Arquitetura** – empresa de arquitetura e design sediada em Belém (PA) –, a apresentação dos projetos Pallas e Carpinteiros da Amazônia. O encontro ocorreu em outubro de 2024, na sede da Companhia.

O **Projeto Pallas** é uma coleção de mobiliário desenvolvida de forma colaborativa entre mestres carpinteiros amazônicos e designers nacionais, sob a direção criativa da **Guá Arquitetura**. Seu principal objetivo é fortalecer a **carpintaria amazônica**, garantindo viabilidade econômica e geração de

renda para os profissionais envolvidos. Além disso, o projeto busca financiar iniciativas que beneficiem comunidades ribeirinhas e promovam a **preservação e disseminação de técnicas tradicionais de carpintaria**.

Essas técnicas vêm sendo documentadas pelo Projeto Carpinteiros da Amazônia, outra iniciativa conduzida pela Guá Arquitetura em parceria com comunidades ribeirinhas do Pará. A proposta visa não apenas resgatar e valorizar o conhecimento ancestral dessas populações, mas também impulsionar sua aplicação em soluções sustentáveis para a arquitetura e a habitação na região.

Figuras 46 a 49 – Coleção de Mobiliário do Projeto Pallas






Fonte: Guá Arquitetura, 2024.

No exercício 2024, os investimentos em capacitação totalizaram R$ 22,7 mil (Tabela 15).

Tabela 15 – Execução Física e Financeira da Ação, 2024

Ação	Produto	Execução Física			Execução Financeira (Em R$ 1,00)		
		Meta Prevista	Meta Realizada	%	Dotação Atualizada	Despesa Realizada	%
Capacitação de Servidores Públicos	Servidor Capacitado	50	74	148,00	90.000	22.770	25,30

Fonte: Sigplan, GEGEP/Cohab-PA, 2024.

Além das capacitações, a Companhia promoveu atividades culturais voltadas à valorização do servidor, objetivando à integração, socialização e motivação dos empregados, bem como ações de assistência à saúde, realizadas pelo serviço médico da empresa: consultas médicas, exames ocupacionais, visitas domiciliares; atendimentos de urgência e emergência.

Em 2024, destaca-se dentre as iniciativas de assistência à saúde dos colaboradores, uma ação realizada em parceria com a Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sespa), por meio da qual foram disponibilizados atendimento médico de clínica geral, exames, orientações com nutricionistas, entre outras iniciativas. Os atendimentos foram disponibilizados para os servidores, clientes e vizinhança.

8.2. OBJETIVO – PROVER A GOVERNABILIDADE E TRANSPARÊNCIA DO PODER EXECUTIVO

8.2.1. AÇÃO 7552 – CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS PÚBLICOS ESTADUAIS

Em 2024, foram alocados R$ 2,3 milhões da fonte Recursos Próprios para a reforma da Sede da Companhia. No entanto, não houve execução física e financeira neste exercício. O processo está em fase de estudos e reformulação de projetos, visando subsidiar o procedimento licitatório para contratação de empresa, o que deverá ocorrer no próximo exercício.

8.2.2. AÇÃO 8255 – PUBLICIDADE DAS AÇÕES DE GOVERNO

A dotação inicial prevista nesta Ação para a realização de campanhas de publicidades foi de R$ 90 mil. Ocorre que as campanhas foram realizadas e custeadas pela Secretaria de Comunicação do Governo (Secom), por isso, não houve execução financeira nesta Ação pela Cohab-PA.

9. GESTÃO IMOBILIÁRIA

A Cohab-PA é responsável pela gestão de duas carteiras de crédito imobiliário: uma carteira própria e outra oriunda do extinto Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará (Ipasep), cuja administração foi transferida à Companhia por meio da Lei Estadual nº 7.290/2009.

Em 2024, a Cohab-PA administrou **52.949 contratos de financiamento habitacional** (ativos e inativos), sendo 44.145 pertencentes à sua carteira imobiliária e 8.804 à carteira do extinto IPASEP. Atualmente, os contratos ativos (aqueles com prestações ainda a vencer) representam apenas 0,25% da carteira da Cohab-PA e 0,01% da carteira do extinto Ipasep, em relação aos respectivos montantes (Tabela 16).

Tabela 16 – Contratos das Carteiras Cohab e Ipasep, 2023-2024

Carteira	2023			2024		
	Nº de Contratos	Ativos	%	Nº de Contratos	Ativos	%
Cohab	44.137	236	0,53	44.145	110	0,25
Ipasep	8.804	1	0,01	8.804	1	0,01
Total	**52.941**	**237**	**0,44**	**52.949**	**111**	**0,21**

Fonte: SCCI, GEGEC/Cohab-PA, 2023-2024.

Dos 52.949 contratos de financiamento imobiliário administrado pela Companhia, 26.132 firmados pela Cohab-PA e 5.395 pelo Ipasep, possuem cláusulas de cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o qual tem como finalidade garantir o limite de prazo para amortização das dívidas dos financiamentos habitacionais contraídas pelos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

Conforme se observa na Tabela 17, todos os contratos com cobertura do FCVS celebrados pela Companhia e pelo extinto Ipasep encontram-se na condição de inativos.

Tabela 17 – Perfil dos Contratos de Financiamento Habitacional, 2023-2024

Status dos Contratos	2023			2024		
	COHAB	IPASEP	TOTAL	COHAB	IPASEP	Total
Ativos com FCVS	0	0	0	0	0	0
Ativos sem FCVS	236	1	237	110	1	111
Inativos com FCVS	26.132	5.395	31.527	26.132	5.395	31.527
Inativos sem FCVS	17.769	3.408	21.177	17.903	3.408	21.311
Total	**44.137**	**8.804**	**52.941**	**44.145**	**8.804**	**52.949**

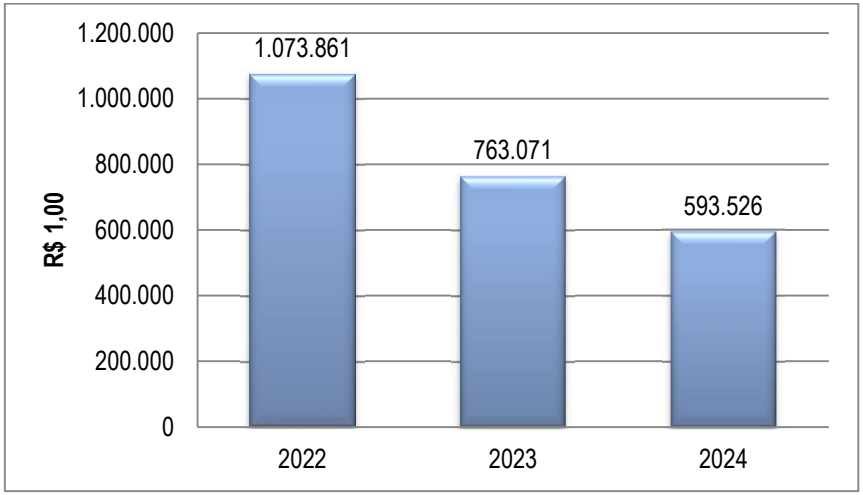
Fonte: SCCI, GEGEC/Cohab-PA, 2023-2024.

9.1. ARRECADAÇÃO DAS CARTEIRAS IMOBILIÁRIAS

A arrecadação das carteiras imobiliárias refere-se ao recebimento das prestações mensais pagas pelos mutuários e, ocasionalmente, ao pagamento do saldo devedor residual. Em 2024, a receita própria da carteira da Companhia foi de R$ 593,5 mil, enquanto a do Ipasep alcançou R$ 142,7 mil. Esses valores refletem uma tendência de queda, resultado da ausência de novas comercializações de imóveis em proporção equivalente à quitação dos contratos vigentes.

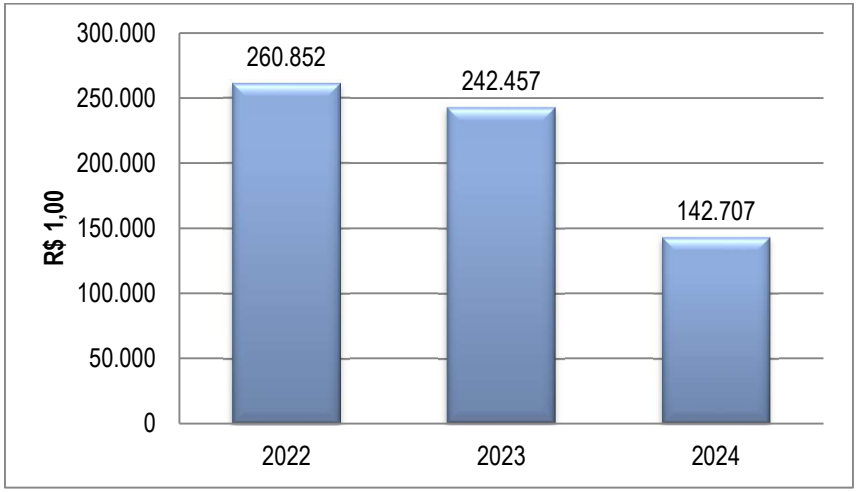
Os Gráficos 2 e 3 ilustram o total arrecadado pelas duas carteiras no período de 2022 a 2024.

Gráfico 2 – Arrecadação da Carteira Cohab-PA, 2022-2024



Fonte: SCCI, GEGEC/Cohab-PA, 2022-2024.

Gráfico 3 – Arrecadação da Carteira Ipasep, 2022-2024



Fonte: SCCI, GEGEC/Cohab-PA, 2022-2024.

9.2. LIBERAÇÃO DE RECIBOS DE QUITAÇÃO E HIPOTECA

Entre 2022 e 2024, a administração da Carteira Imobiliária recebeu a tramitação de 2.911 processos relacionados à solicitação de liberação de hipoteca e emissão de recibo de quitação**.**

No mesmo período, a Companhia expediu 3.250 ofícios para liberação de hipoteca e/ou emissão de recibos de quitação dos imóveis comercializados. Somente em2024, esse número alcançou 716 documentos emitidos.

9.3. CARTEIRA DE RETORNO DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS (FCVS)

A Lei nº 10.150/2000 estabelece as condições e exigências para a novação da dívida de responsabilidade do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) perante seus credores, agentes financeiros do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). A dívida do Fundo é originária dos saldos devedores remanescentes apurados na ocasião da liquidação antecipada ou por decurso de prazo dos contratos de financiamento habitacional concedidos pelos agentes financeiros (Cohab-PA e Ipasep) aos mutuários no âmbito do SFH.

A Tabela 18apresenta o perfil dos contratos que possuem saldo a receber junto ao FCVS em ambas as carteiras, bem como o comparativo no período 2022-2024. Em 2024, 446 contratos da carteira da Cohab-PA e 616 da carteira do Ipasep foram homologados com ressarcimento e devidamente auditados pela Centralizadora Nacional do FCVS. Além disso, destaca-se a existência de 261 contratos da carteira da Cohab-PA e 484 da carteira do IPASEP que, embora ainda não tenham sido auditados, possuem créditos a receber já reconhecidos pela Caixa Econômica Federal.

Tabela 18 – Contratos em Retorno pelo FCVS, 2022-2024

	Contratos com Retorno – FCVS	Nº de Contratos Carteira Cohab/PA			Nº de Contratos Carteira Ipasep		
		2022	2023	2024	2022	2023	2024
1	Habilitados	21.995	21.995	21.995	2.889	2.889	2.889
1.1	Novados	11.842	11.842	11.842	-	-	-
1.2	Homologados com Ressarcimento	3.339	1.009	861	1.492	1491	1491
1.2.1	Contratos Validados – RCV (Auditados)	442	446	446	405	497	616
1.2.2	Contratos Validados – RCV (Não Auditados)	2.880	411	261	395	550	484
1.2.3	Outros	17	152	154	692	444	391
1.3	Homologados Sem Ressarcimento	6.776	9.106	9.255	1.280	1.282	1.288
1.4	Não Homologados	38	38	37	117	116	110

Fonte: GESEF/CAIXA e SCCI, 2022-2024.

Atualmente, tramita na Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o 3º processo de Novação dos Créditos do FCVS, relativo a 40 contratos de financiamento habitacional que foram devidamente homologados e auditados pela CAIXA. Conforme os termos da Lei Federal nº 10.150/2000, o valor de R$ 286.694,86 relativos aos contratos acima será ressarcido em títulos da dívida pública resgatáveis até 31/12/2026.

Ainda em 2024, a Cohab-PA solicitou a abertura do 4º processo de novação dos créditos do FCVS, com base na Circular nº 1.078, de 19 de dezembro de 2024, publicada pela CAIXA. Para o processo em apreço, há previsão de novação do saldo residual devedor de 406 contratos de financiamento habitacional, que somam aproximadamente R$ 7 milhões.

10. DESEMPENHO DOS PROGRAMAS

10.1. PROGRAMA 1489 – DESENVOLVIMENTO URBANO, HABITAÇÃO, SANEAMENTO E MOBILIDADE

OBJETIVO: PROMOVER O ACESSO À MORADIA E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE, PRIORITARIAMENTE, A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.

No âmbito desse objetivo estão contempladas as Ações finalísticas da Cohab-PA, destinadas a viabilizar o acesso à moradia digna, com prioridade para a população de baixa renda. Essas iniciativas contemplam as 12 regiões de integração do Estado, promovendo inclusão social e melhoria da qualidade de vida da população paraense. A Tabela 19 apresenta o desempenho das Ações no exercício de 2024.

Tabela 19 – Demonstrativo Físico das Ações do Programa Desenvolvimento Urbano em 2024

Ação	Produto	Execução Física		
		Meta Prevista	Meta Realizada	%
Assistência Técnica em habitação de Interesse Social	Família Atendida	25	–	0%
Concessão de Benefício Habitacional	Benefício Concedido	107	368	344%
Oferta de Unidade Habitacional	Unidade Entregue	448	–	0%
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional – Sua Casa	Domicilio Atendido	24.998	61.888	247%
Urbanização de Assentamentos Precários e Subnormais	Domicilio Atendido	396	–	0%
Regularização Fundiária Urbana	Imóvel Regularizado	765	612	80%
Total		**26.739**	**62.868**	**235%**

Fonte: Sigplan, Cohab-PA, 2024.

O Programa superou a meta estabelecida, alcançando uma execução total de suas ações **235% acima do previsto**, com a **entrega de 62.868 benefícios habitacionais**. Entre as ações de maior destaque em execução física, está a "Construção e Melhoria de Unidade Habitacional – Sua Casa", com desempenho de 247%, cujo atendimento contemplou as 12 regiões de integração do Estado.

As ações “Concessão de Benefício habitacional”, com atendimentos focados na Região Guajará (Belém), superou a meta estabelecida para 2024 em 344% e a Ação "Regularização Fundiária Urbana" atingiu 80% da meta programada para o período, com a regularização de 612 imóveis nas regiões Araguaia (Redenção), Guamá (Castanhal) e Lago de Tucuruí (Tucuruí).

Outras 3 ações não apresentaram execução física e financeira no exercício: “Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social”, “Oferta de Unidade Habitacional” e “Urbanização de Assentamentos Precários e Subnormais”. Em decorrência desses resultados, a equipe técnica atua no sentido de identificar as causas do problema, corrigir falhas e implementar medidas para melhorar a execução dessas ações e alcançar os resultados programados nos próximos exercícios.

No âmbito da execução orçamentária e financeira, a despesa realizada totalizou R$ 47,5 milhões. Desse montante, R$ 47,3 milhões (99,5%) foram provenientes de recursos ordinários do Tesouro Estadual, o restante teve origem em operação de crédito interna, destinados à execução de obras e regularização de imóveis, além de recursos próprios da Companhia (Tabela 20).

Tabela 20 – Execução Orçamentária do Programa Desenvolvimento Urbano, por Fonte de Receita, em 2024

Código	Fonte	Execução Orçamentária (R$ 1,00)	%
		Despesa Realizada	
01500000001	Tesouro – Recursos Ordinários	47.305.943	99,5
01501000061	Recursos Próprios – Administração Indireta	126.400	0,3
01754000030	Operação de Crédito Interna	99.400	0,2
01700000060	Transferência Convênios União (Rec. Adm. Indireta - Convênios)	0,00	0,0
Total		**47.531.743**	**–**

Fonte: Sigplan, 2024.

A execução orçamentária de 2024 revela que as Despesas Correntes totalizaram R$ 40,4 milhões, correspondendo a 85% da despesa realizada no exercício. Já o Grupo Investimentos registrou aproximadamente R$ 7 milhões, representando os 15% restantes do total executado. (Tabela 21).

Tabela 21 – Execução Orçamentária do Programa Desenvolvimento Urbano, por Grupo de Despesa, em 2024

Grupo de Despesa	Execução Orçamentária (R$ 1,00)	%
	Despesa Realizada	
Outras Despesas Correntes	40.407.189	85
Investimentos	7.124.554	15
Total	**47.531.743**	**–**

Fonte: Sigplan, 2024.

As despesas realizadas no Grupo Outras Despesas Correntes foram consideravelmente superiores aos recursos destinados a Investimentos. Esse cenário deve-se, principalmente, ao pagamento de auxílios registrados no Elemento de Despesa "Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas". Destaca-se, ainda, o repasse de R$ 37 milhões às famílias beneficiárias do Programa Sua Casa para pagamento de serviços, alocados na Ação "Construção e Melhoria de Unidades Habitacionais – SUA CASA". Além disso, na Ação "Concessão de Benefícios Habitacionais" registra-se o pagamento de Auxílio Moradia no valor de R$ 2,2 milhões.

10.2. PROGRAMA 1297 – MANUTENÇÃO DA GESTÃO

OBJETIVO – VIABILIZAR A GESTÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO

Neste Programa, a Cohab-PA tem 5 ações programadas, as quais compreendem um conjunto de atividades-meio demandadas para o suporte às atividades finalísticas da Companhia. As Tabelas 22 e 23 demonstram, respectivamente, a execução física e a execução orçamentária das Ações no exercício 2024.

Tabela 22 – Demonstrativo Físico das Ações do Programa Manutenção da Gestão, em 2024

Ação	Produto	Execução Física		
		Meta Prevista	Meta Realizada	%
4668 – Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	Unidade Abastecida	24	14	87,50
8311 – Concessão de Auxílio Alimentação	Servidor Beneficiado	230	221	96,28
8312 – Concessão de Auxílio Transporte	Servidor Beneficiado	55	47	84,63
8338 – Operacionalização das Ações Administrativas	Contrato Mantido	30	30	100
8339 – Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	Servidor Remunerado	300	263	87,79

Fonte: PPA 2024-2027, Sigplan, Cohab-PA, 2024.

Tabela 23 – Execução Orçamentária do Programa Manutenção da Gestão, por Fonte de Receita, em 2024

Código	Fonte	Execução Orçamentária (R$ 1,00)	%
		Despesa Realizada	
01500000001	Tesouro – Recursos Ordinários	46.344.215	96,71
01501000061	Recursos Próprios – Administração Indireta	1.576.971	3,29
	Total	**47.921.186**	**–**

Fonte: Sigplan, 2024.

Em 2024, do total da despesa realizada, R$ 46,3 milhões (96,71%) são provenientes de recursos ordinários do Tesouro Estadual e R$ 1,5 milhões (3,29%) são recursos próprios da Companhia (Tabela 23).

A execução orçamentária de 2024, analisada por Grupo de Despesa, revela que as Despesas Correntes, no valor de R$ 12,2 milhões, corresponderam a 25,55% do valor realizado no exercício. O Grupo Investimentos, com execução de R$ 2,8 mil, representou apenas 0,01% da despesa realizada. Já o Grupo Pessoal e Encargos Sociais foi responsável pela maior parcela, atingindo 74,44% do total do Programa, com execução correspondente a R$ 35,6 milhões (Tabela 24).

Tabela 24 – Execução Orçamentária do Programa Manutenção da Gestão, por Grupo de Despesa, em 2024

Grupo de Despesa	Execução Orçamentária (R$ 1,00)	%
	Despesa Realizada	
Outras Despesas Correntes	12.244.114	25,55
Investimentos	2.895	0,01
Pessoal e Encargos Sociais	35.674.176	74,44
Total	**47.921.186**	**–**

Fonte: Sigplan, 2024.

10.3. PROGRAMA 1508 – GOVERNANÇA PÚBLICA

OBJETIVOS – APRIMORAR O DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS e PROVER A GOVERNABILIDADE E A TRANSPARÊNCIA DO PODER EXECUTIVO.

Neste Programa a Cohab-PA contribui para o alcance de 2 objetivos, por meio de 3 ações. O desempenho físico está apresentado na Tabela 25.

Tabela 25 – Demonstrativo Físico das Ações do Programa Governança Pública, em 2024

Ação	Produto	Execução Física		
		Meta Prevista	Meta Realizada	%
8887 – Capacitação de Servidores Públicos	Servidor Capacitado	50	74	148,00
8255 – Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	10	0	0
7552 – Construção de Imóveis Públicos Estaduais	Imóvel Construído	1	0	0

Fonte: PPA 2024-2027, Sigplan, Cohab-PA, 2024.

Em 2024, a fonte de recursos ordinários do Tesouro Estadual registrou execução de R$ 10,7 mil (47,30%) e a fonte de recursos próprios da Companhia, R$ 12 mil (52,7%), totalizando R$ 22,7 mil de realização da despesa nesse Programa (Tabela 26).

Tabela 26 – Execução Orçamentária do Programa Governança Pública, por Fonte de Receita, em 2024

Código	Fonte	Execução Orçamentária (R$ 1,00)	%
		Despesa Realizada	
01500000001	Tesouro – Recursos Ordinários	10.770	47,30
01501000061	Recursos Próprios – Administração Indireta	12.000	52,70
Total		**22.770**	**–**

Fonte: Sigplan, 2024.

A análise por Grupo de Despesa demonstra que o total da despesa realizada, R$ 22,7 mil, está alocada no Grupo Despesas Correntes. Tal cenário decorre da não execução da reforma da sede da Companhia, o que resultou na ausência de despesas realizadas no Grupo Investimentos (Tabela 27).

Tabela 27 – Execução Orçamentária do Programa Governança Pública, por Grupo de Despesa, em 2024

Grupo de Despesa	Execução Orçamentária (R$ 1,00)	%
	Despesa Realizada	
Outras Despesas Correntes	22.770	100
Investimentos	–	
Total	**22.770**	**–**

Fonte: Sigplan, 2024.

11. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Lei Orçamentária Anual (LOA), nº 10.382, de 10 de janeiro de 2024, estimou a receita e fixou a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2024. Para a execução das Ações da Cohab-PA a LOA fixou **dotação inicial no valor de R$ 105 milhões**, somando-se todas as fontes de recursos. No decorrer da execução orçamentária, a dotação inicial foi reprogramada para **R$ 116,9 milhões, dotação atualizada**, sendo sua execução de R$ 97,3 milhões, correspondendo a 83%. A Tabela 28 apresenta os valores da execução da despesa, organizados por programas do PPA 2024-2027.

Tabela 28 – Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira da UG 670201, 2024

Programas	Ações	Execução da Despesa (R% 1,00)			
		Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Realizada	Despesa Paga
1. Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e Mobilidade	Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social	37.478	37.478	–	–
	Concessão de Benefício Habitacional	2.528.522	2.528.522	2.297.422	2.297.422
	Oferta de Unidade Habitacional	10.855.639	10.619.824	99.400	7.094
	Construção e Melhoria de Unidade Habitacional – SUA CASA	36.292.499	38.562.054	38.037.320	38.037.320
	Regularização Fundiária	408.847	968.524	461.302	420.502
	Urbanização de Assentamentos Precários	61.706	61.706	–	–
	Requalificação dos Canais da Bacia do Tucunduba (*Destaque Orçamentário SEOP*)	–	7.062.640	6.636.299	6.636.299
	Total do Programa (1)	**50.184.691**	**59.840.748**	**47.531.743**	**47.398.637**

Continua

Continuação

Programas	Ações	Execução da Despesa (R% 1,00)			
		Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Realizada	Despesa Paga
2. Manutenção da Gestão	Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	37.893.294	39.861.747	37.275.385	36.506.684
	Operacionalização das Ações Administrativas	8.003.638	9.036.681	7.018.570	7.015.025
	Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	574.017	354.017	284.580	284.580
	Concessão de Auxílio Alimentação	3.780.771	3.307.233	3.291.483	3.291.483
	Concessão de Auxílio Transporte	90.449	90.449	51.167	51.167
	Total do Programa (2)	**50.342.169**	**52.650.127**	**47.921.185**	**47.148.939**
3. Governança Pública	Capacitação de servidores Públicos	90.000	90.000	22.770	22.770
	Construções de Imóveis Públicos Estaduais	2.361.173	1.441.173	–	–
	Publicidade de Ações de Governo	90.000	90.000	–	–
	Total do Programa (3)	**2.541.173**	**1.621.173**	**22.770**	**22.770**
4. Encargos Especiais	Encargos com Débitos com PIS/CONFINS e outras Contribuições	1.973.915	2.311.915	2.285.988	2.285.988
	Total do Programa (4)	**1.973.915**	**2.311.915**	**2.285.988**	**2.285.988**
	Total 1+2+3+4	**105.041.948**	**116.423.963**	**97.761.686**	**96.856.334**
5. Segurança Pública e Defesa Social	Gerenciamento do Serviço Penitenciário (Destaque Orçamentário SEAP)	–	462.730	462.730	462.730
6. Cidadania Justiça e Direitos Humanos	Implementação das Usinas da Paz (Destaque Orçamentário SEAC)	–	18.844	18.844	18.844
	Total 5+6	**–**	**481.574**	**481.574**	**481.574**
	Total Geral	**105.041.948**	**116.905.537**	**98.243.260**	**97.337.908**

Fonte: Sigplan, UEDIN/Cohab-PA, 2024.

Além do programa finalístico e dos programas de Manutenção da Gestão e Governança Pública, estão incluídos na tabela os valores referentes ao Programa Encargos Especiais, bem como valores dos destaques orçamentários recebidos de outros órgãos.

11.1. RECEITA

A receita da Companhia provém da carteira imobiliária (fonte de recursos próprios diretamente arrecadados) e das transferências financeiras resultantes de subvenções repassadas pelo Governo do Estado. O Tesouro Estadual realiza repasses regulares para atender os diversos grupos de despesas, divididos em fontes de Recursos Ordinários do Tesouro Estadual e Recursos de Outras Fontes. Estas últimas incluem fontes provenientes de Operações de Crédito e repasses do Orçamento Geral da União (OGU).

Quanto aos Recursos Ordinários do Tesouro Estadual, a previsão de receita em 2024 é consideravelmente superior aos Recursos de Outras Fontes atingindo o percentual (87%) do total de previsão.

A Receita Realizada nas fontes de Recursos de Outras Fontes apresenta apenas 4% em 2024, reflexo também das obras paralisadas. A Tabela 29 apresenta a previsão e a realização da receita de acordo com o planejamento orçamentário de 2024 e suas atualizações, considerando os créditos adicionais, seja por suplementação com superávit financeiro ou por anulação de dotação e cancelamento de dotações.

Tabela 29 – Previsão e Realização Orçamentária e Financeira da Receita, 2024

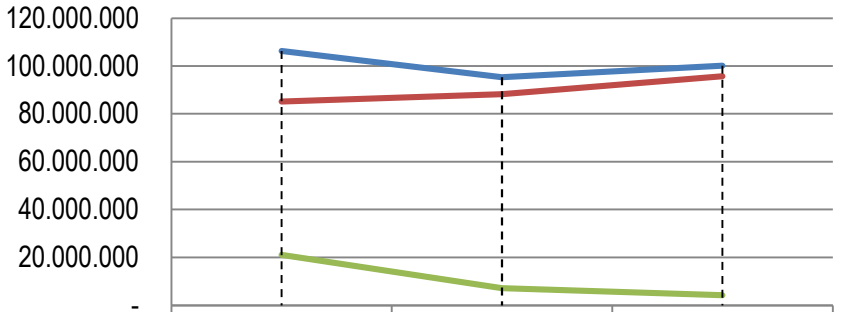
Receita	Previsão Atualizada		Receita Realizada		TPR*
	R$ 1,00	%	R$ 1,00	%	%
	a	b	c	d	e=c/a
Recursos do Tesouro Ordinário	94.915.591	87	95.744.103	96	101
Recursos de Outras Fontes	14.460.232	13	4.279.322	4	30
Total da Receita	**109.375.823**	**100**	**100.023.425**	**100**	**91**

* TPR = Trabalho de Previsão da Receita.
Fonte: SIAFE, GEFIN/Cohab-PA, 2024.

O Gráfico 4 apresenta a série histórica da Receita Realizada por origem de recursos. Ao comparar os exercícios de 2022 a 2024, observa-se um aumento gradual na Receita Realizada oriunda dos Recursos Ordinários do Tesouro. Esse crescimento é atribuído às transferências financeiras do Governo do Estado destinadas ao Programa SUA CASA, que abrange o auxílio pecuniário e as despesas correntes.

Por outro lado, a Receita Realizada de Recursos de Outras Fontes, composta pela arrecadação da carteira imobiliária da Companhia, além dos recursos de operação de crédito e contratos de repasse voltados para obras e regularização fundiária, apresentou uma redução significativa, em virtude de desaceleração do ritmo de execução das obras.

Gráfico 4 – Evolução da Receita Realizada por Fonte, 2022-2024



	2022	2023	2024
Receitas Ordinárias do Tesouro	85.163.501	88.168.053	95.744.102
Receitas de Outras Fontes	21.069.811	7.154.313	4.279.321
Receita Total	106.233.312	95.322.366	100.023.423

Fonte: SIAFE, GEFIN/Cohab-PA, 2022-2024.

11.2. DESPESA

Para assegurar o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamentário, as despesas são estabelecidas em montante equivalente à previsão de receitas para o exercício financeiro. A Tabela 30 apresenta a execução orçamentária das despesas em 2024, organizadas por categoria econômica.

Tabela 30 – Fixação e Execução Orçamentária e Financeira da Despesa, 2024

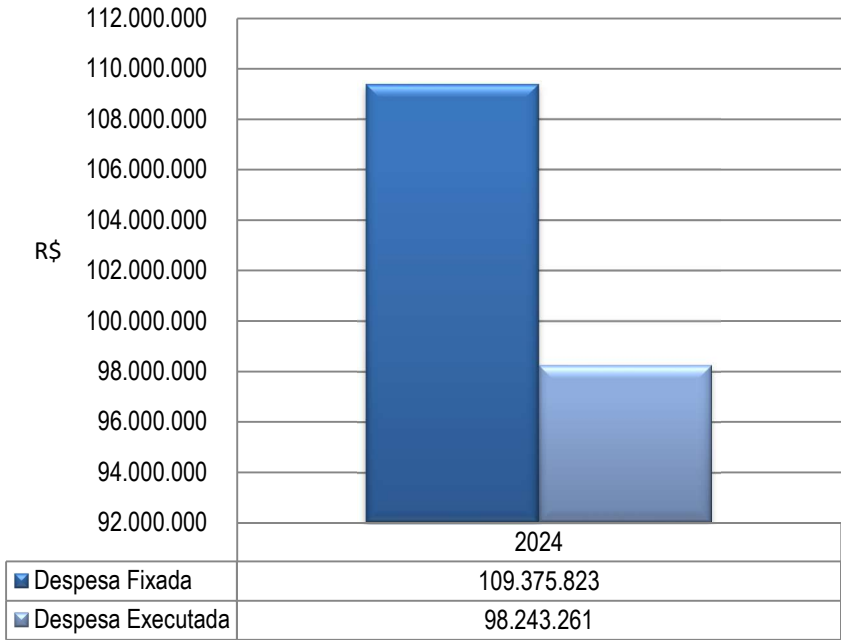
Despesa	Fixada Atualizada		Despesa Executada		TPD*
	R$ 1,00	%	R$ 1,00	%	%
	a	b	c	d	e=c/a
Despesa Corrente	94.255.328	86	88.829.824	90	94
Despesa de Capital	15.120.495	14	9.413.437	10	62
Total da Despesa	**109.375.824**	**100**	**98.243.261**	**100**	**90**

* TPD = Trabalho de Previsão da Despesa
Fonte: SIAFE, GEFIN/Cohab-PA, 2024.

O exercício de 2024 apresenta a maior fixação e execução da despesa orçamentária: fixada R$ 109 milhões; executada R$ 98 milhões.

O elevado valor de execução em 2024 reflete, principalmente, o impacto do Programa Sua Casa, destinado ao pagamento de Auxílio Pecuniário, cuja despesa liquidada atingiu R$ 37 milhões, somado ao pagamento de Auxílio Moradia, vinculado ao Destaque Orçamentário da SEOP, com valor liquidado de R$ 6 milhões. O Gráfico 5 apresenta a Fixação e Execução orçamentária da despesa.

Gráfico 5 – Fixação e Execução Orçamentária da Despesa, 2024



Fonte: SIAFE, GEFIN – Cohab-PA, 2024.

A Tabela 31 apresenta a execução de despesa por fonte de recurso. Observa-se a dependência da Companhia de recursos repassados na fonte Recursos Ordinários do Tesouro Estadual. Isso se deve à insuficiência de receitas próprias para cobrir integralmente as despesas operacionais e os investimentos necessários. Diante desse cenário, a Diretoria Executiva tem intensificado estratégias para ampliar a eficiência da gestão imobiliária,

visando aumentar a arrecadação, além de buscar parcerias para viabilizar novos projetos e diversificar as fontes de receita. Essas medidas têm o objetivo de reduzir a necessidade de aportes contínuos do Estado e promover um maior equilíbrio econômico-financeiro da Companhia.

Tabela 31 – Despesa Executada/Liquidada por Fonte de Recurso, 2024

Código	Fonte	Valor (R$ 1,00)
01500000001	Recursos Ordinários do Tesouro Estadual	95.877.386
02500000001	Recursos Ordinários do Tesouro Estadual – Superávit	551.104
1. Receitas do Tesouro		**96.428.490**
01754000030	Operações de Créditos Internas	99.340
01759000071	Recursos Próprios do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (FEHIS)	–
01700000060	Recursos Provenientes de Transferência de Convênios e Outros	–
61500000001	Recursos de Contrapartida - OGU	–
01501000061	Recursos Próprios Diretamente Arrecadados	1.294.837
02501000061	Recursos Próprios Diretamente Arrecadados – Superávit	420.534
2. Recursos de Outras Fontes		**1.814.771**
	Total 1 + 2	**98.243.261**

Fonte: SIAFE, GEFIN/Cohab-PA, 2024.

O valor de pagamento em 2024 soma R$ 97 milhões, sendo R$ 88 milhões (90%) para despesas correntes e R$ 9 milhões (10%) para as despesas de capital.

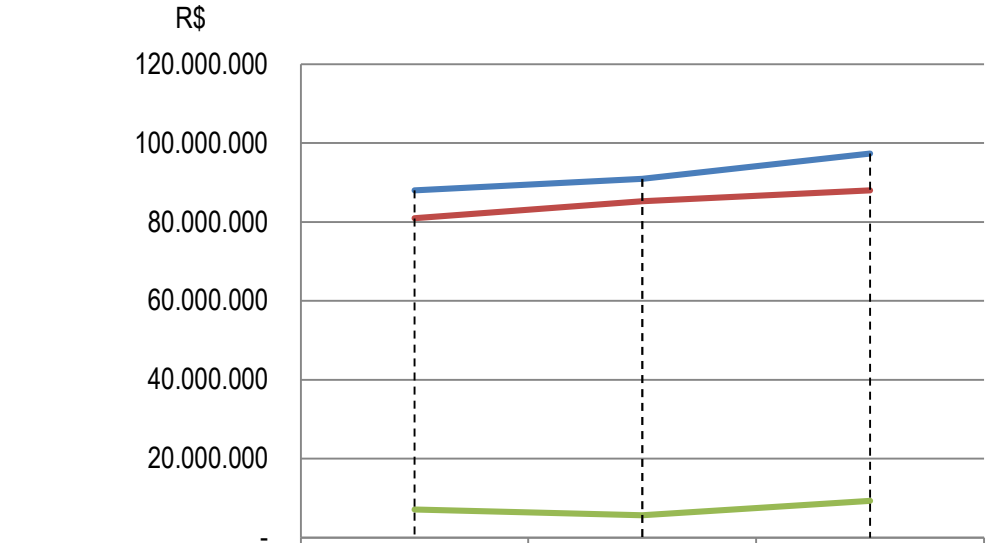
Tabela 32 – Execução Financeira por Categoria de Gasto – Despesa Paga, 2024

Despesas por Categoria de Gasto	2024	%
Despesas Correntes	**88.017.558**	**90**
1. Pessoal e Encargos	34.905.476	36
2. Juros e Encargos da Dívida	–	–
3. Outras Despesas Correntes	53.112.082	55
Despesas de Capital	**9.320.351**	**10**
4. Investimento	7.034.362	7
5. Inversões Financeiras	–	–
6. Amortização da Dívida	2.285.988	2
Total	**97.337.909**	**100**

Fonte: SIAFE, GEFIN – Cohab-PA, 2024.

O Gráfico a seguir demonstra o valor das despesas pagas por categoria econômica de gasto e a evolução histórica da execução da despesa efetivamente paga no decorrer dos exercícios de 2022 a 2024.

Gráfico 6 – Evolução Histórica da Despesa Paga, 2022-2024



	2022	2023	2024
Despesas Correntes	80.949.506	85.268.285	88.017.558
Despesas de Capital	7.067.698	5.651.982	9.320.351
Despesa Total	88.017.204	90.920.267	97.337.909

Fonte: SIAFE, GEFIN/Cohab-PA, 2022-2024.

11.3. RECEITA X DESPESA

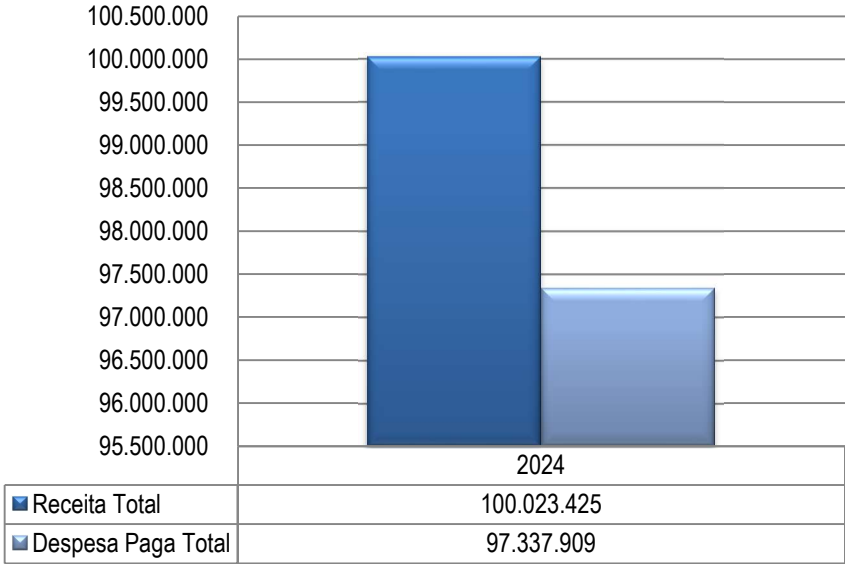
A Tabela 33 apresenta o resultado da execução orçamentária e financeira em 2024, com as despesas inscritas em restos a pagar liquidado no valor de R$ 905,3 mil e restos a pagar em liquidação equivalente a R$ 123,5 mil, totalizando cerca de R$ 1 milhão. O Gráfico 7 mostra a receita realizada total e a despesa paga.

Tabela 33 – Execução Orçamentária e Financeira, 2024

Especificação	Valor (R$ 1,00)
Receita Realizada (a)	100.023.425
Despesa Empenhada (b)	98.367.137
Despesa Liquidada (c)	98.243.261
Despesa Paga (d)	97.337.909
Déficit/Superávit Orçamentário = (a-c)	1.780.164
Déficit/Superávit Financeiro = (a-d)	2.685.516
Restos a Pagar Processado/liquidado = (c-d)	905.352
Déficit/Superávit Financeiro	1.780.164
Restos não processados em liquidação = (b-c)	123.576

Fonte: SIAFE, GEFIN/Cohab-PA, 2024.

Gráfico 7 – Receita Realizada x Despesa Paga, 2024



Fonte: SIAFE, GEFIN/Cohab-PA, 2024.

12. INDICADORES DE PROCESSO

No âmbito do objetivo "**Promover o acesso à moradia e melhorar as condições de habitabilidade, prioritariamente, a habitação de interesse social**", foram definidos dois **Indicadores de Processo** para mensurar o desempenho do Programa finalístico nas doze regiões de integração:

1. "**Taxa de atendimento a mulheres chefes de família com habitação de interesse social**". Esse indicador permite acompanhar se a política pública de habitação está atendendo de forma adequada esse grupo vulnerável. As mulheres chefes de família enfrentam desafios adicionais, como desigualdade de gênero, discriminação e sobrecarga de tarefas, o que torna essencial o acesso à moradia adequada. Garantir esse direito a essas mulheres é um passo fundamental para reduzir desigualdades sociais, uma vez que a habitação é um dos pilares para o bem-estar e a promoção da dignidade humana.

2. "**Taxa de atendimento a povos e comunidades tradicionais com habitação de interesse social**". Esses grupos possuem modos de vida, culturas e relações com o território que precisam ser respeitados e protegidos. A habitação adequada vai além da construção de moradias; envolve também a preservação das tradições e da identidade dessas comunidades. Esse indicador ajudará a garantir que a Companhia desenvolva projetos que considerem suas especificidades, assegurando que suas reais necessidades sejam atendidas.

Esses indicadores foram definidos com o objetivo de garantir que as ações executadas pela Cohab-PA não só promovam o acesso à moradia, mas também atendam de forma eficaz grupos mais vulneráveis, assegurando a igualdade de oportunidades e a redução das desigualdades.

A Tabela 34 apresenta o desempenho desses indicadores no exercício de 2024.

Tabela 34 – Resultados dos Indicadores de Processo, 2024

Indicadores de Processo	Unidade de Medida	Meta / Resultado	Região de Integração												
			Araguaia	Baixo Amazonas	Carajás	Guajará	Guamá	Lago de Tucuruí	Marajó	Rio Caeté	Rio Capim	Tapajós	Tocantins	Xingu	Estado
1. Taxa de atendimento a mulheres chefes de família com habitação de interesse social	Percentual	Esperado →	58	46	52	46	56	65	54	54	61	52	47	61	53
		Alcançado →	23	20	24	18	20	8	32	19	23	50	15	33	21
2. Taxa de atendimento a povos e comunidades tradicionais com habitação de interesse social	Percentual	Esperado →	3	3	1	4	6	1	32	10	3	1	23	1	8
		Alcançado →	0	0	2	0	0	8	1	2	3	75	0	3	1

Fonte: UEDIN/Cohab-PA, 2024.

Ao analisar os resultados observa-se que os índices alcançados para os dois indicadores ficaram abaixo das expectativas estabelecidas, indicando que as ações executadas não conseguiram atingir de maneira plena os índices esperados em todas as regiões de integração do Estado.

Essa análise aponta a necessidade de realizar uma revisão mais detalhada nas estratégias e ações adotadas, a fim de identificar os fatores que contribuíram para esses resultados insatisfatórios e implementar medidas corretivas que garantam a alocação mais eficiente de recursos e um impacto mais significativo para o atendimento aos grupos prioritários.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório apresenta um panorama detalhado das ações desenvolvidas pela Cohab-PA ao longo do exercício de 2024, evidenciando o compromisso do Governo do Estado com a execução da Política de Habitação de Interesse Social. Por meio da implementação de programas e iniciativas voltadas à ampliação do acesso à moradia digna, buscou-se atender prioritariamente às demandas da população em situação de vulnerabilidade, promovendo inclusão social.

Os resultados alcançados refletem o esforço conjunto da Companhia, em colaboração com os órgãos governamentais e demais parceiros, na viabilização de soluções habitacionais sustentáveis e alinhadas às diretrizes das políticas públicas. Destaca-se, ainda, a relevância do monitoramento contínuo das ações, possibilitando eventuais ajustes para seu aprimoramento, a fim de garantir o alcance dos objetivos.

Ciente dos desafios que ainda se impõem, a Companhia reafirma seu compromisso com a missão de contribuir para a redução do déficit habitacional, tanto quantitativo quanto qualitativo. Dessa forma, mantém-se empenhada na busca por inovação e no aperfeiçoamento de suas práticas, com o objetivo de ampliar o atendimento e fortalecer as políticas habitacionais no Estado.

Conclui-se, portanto, este ciclo de gestão com a convicção de que os esforços empreendidos representam um avanço significativo na promoção do direito à moradia, contribuindo para o crescimento ordenado das cidades e para a melhoria da qualidade de vida da população paraense.

Alinhada, principalmente, ao ODS 11, a Cohab-PA reafirma seu compromisso em tornar as cidades e os assentamentos humanos mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.